

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER [CNDM]; REALIZADA NOS DIAS 01 E 02 DE OUTUBRO DE 2013

Nos dias um e dois do mês de outubro, do ano dois mil e treze no Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, foi realizada a décima quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Gestão 2010-2013, para tratar da seguinte **Pauta: I.** Informes gerais pela Ministra Eleonora, dentre os quais, sobre a Conferência de Cairo + 20 seguida dos relatos das conselheiras que integraram a delegação brasileira: Betânia Ávila e Maria José (Jacqueline Pitanguy/ausência justificada); **II.** Apresentação das novas conselheiras: governamentais: **Daiane de Oliveira Lopes Andrade** – suplente/MEC; **Marta Santa Cruz Pordeus** – suplente/MPOG; **Dalila Fernandes Negreiros** – suplente/ SEPPIR; **Mariana Meirelles** – Titular/MMA; **Ana Carolina Santos** – suplente/MMA e da Sociedade Civil: **Eunice Aparecida da Cruz/BPW-Brasil**; **III.** Justificativa das Ausências: 1. **Maria das Graças de Figueiredo Costa/MAMA**, compromisso pessoal; 2. **Cláudia Rejane de Barros Prates/MMM**, compromisso junto à MMM; 3. **Alessandra da Costa Lunas/CONTAG**, participando da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; 4. **Jacqueline Pitanguy/Notório Conhecimento das Questões de Gênero**, devido a compromisso já agendado; 5. **Arlene Bittencourt Sabóia/CGTB**, devido a compromisso já agendado; 6. **Silvana do Amaral Veríssimo/FNMN**, falecimento da mãe; 7. **Maria Goretti Gomes/LBL**, devido a compromisso já agendado; 7. **Eunice Aparecida da Cruz/BPW-BRASIL**, solicitação das passagens fora do prazo; 8. **Aparecida Sueli Carneiro/Notório Conhecimento das Questões de Gênero**, solicitação das passagens fora do prazo; **IV.** Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária do CNDM; **V.** Apresentação da proposta: Homenagem à ex-conselheira do CNDM Rose Marie Muraro; **VI.** Informes Temáticos da SPM: Secretária Adjunta Neuza Tito (SAAE); Secretária Vera Soares (SAIAT) e Secretária Aparecida Gonçalves (SEV); **VII.** Apresentação do Relatório da CPMI da Violência contra as Mulheres e entrega às conselheiras pela Senadora Ana Rita, seguida de debate; **VIII.** Relatos das discussões e proposições das Câmaras Técnicas (Legislação e Normas; Assuntos Internacionais; Monitoramento do PNPM e Planejamento e Orçamento), seguidos de discussão e encaminhamento pelo Pleno; **IX.** Outros informes: sobre a CONAPIR – **Mônica Oliveira/SEPPIR**; participação do CNDM no IV Fórum Interconselhos – **Vera Machado/REF**; criação e funcionamento da **rede virtual** dos Conselhos dos Direitos das Mulheres do País, atualmente cadastrados no CNDM – **Rosa de Lourdes**; **X.** Informe sobre o “Escritório Digital” criado pela SECOM/PR – **Nei Bonfim/Coordenador da Comunicação da SPM**; **XI.** Marco Regulatório: processo em andamento – **Laís de Figueiredo/Assessora Especial do Ministro Gilberto Carvalho**, da Secretaria Geral da Presidência da República e **XII.** Avaliação crítica e propositiva da atuação do CNDM (Mandato 2010-2013) e discussão sobre a sua composição e a da Comissão de Validação das Candidaturas do novo mandato (2014-2017) – Ministra **Eleonora Menicucci**. Estiveram presentes as seguintes conselheiras governamentais: **I) Ministra e Presidenta Eleonora Menicucci/SPM**; **II) Lourdes Bandeira** – Secretária-Executiva da SPM; **III) Dalila Fernandes Negreiros** – Suplente/SEPPIR; **IV) Magaly de Carvalho Correa Marques** – Titular/Casa Civil/PR; **V) Daniele Kleiner Fontes** – Suplente/Casa Civil/PR; **VI) Fernanda Gomes Pedrosa** – Titular/MCT; **VII) Maria Isolda Dantas de Moura** – Suplente/ MDA; **VIII) Teresa Sacchet** – Titular/MDS e Combate a Fome; **IX) Daiane de Oliveira Lopes Andrade** – Suplente/ME; **X) Fernanda Alves dos Anjos** – Titular/MJ; **XI) Ana Carolina Santos** – suplente/MMA; **XII) Maria do Rosário de H. Cardoso** – Titular/MPOG; **XIII) Marta Santa Cruz Pordeus** – Suplente/MPOG; **XIV) Maria Esther de Albuquerque Vilela** – Titular/MS; **XV) Thereza de Lamare Franco Neto** – Suplente/MS; **XVI) Adriana Rosa dos Santos** – Suplente/MTE e da Sociedade Civil - **XVII) Maria Aparecida Schumacher/AMB**; **XVIII) Maria das Dores do Rosário Almeida/AMNB**; **XIX) Gloria Márcia Percinoto/ABMCJ** ; **XX) Gláucia de Fátima Morelli/CMB**; **XXI) Sueli Maria de Fátima Santos/FENATRAD**; **XXII) Graciela Susana Rodriguez/Instituto Equit**; **XXIII) Justina Inês Cima/MMC**; **XXIV) Vera Lúcia U. Machado/REF**; **XXV) Maria José Oliveira Araújo/RNFS**; **XXVI) Lúcia Helena Rincon/UBM**; **XXVII) Estela Maria Motta de Aquino/ABRASCO**; **XXVIII) Rosane da Silva/CUT**; **XXIX) Marilda Castelar/CFP**; **XXX) Laís Gonçalves da Silva/UNE**; **XXXI) Maria Betânia Ávila/ Notório Conhecimento das Questões de Gênero**; **XXXII) Clara Charf**

54 Conselheira Emérita. Presença de integrantes da SPM: **Lourdes Bandeira**/Secretária Executiva da
55 SPM; **Linda Goulart**/Chefe de Gabinete da SPM; **Aparecida Gonçalves**/SEV; **Marcelo**
56 **Pontes**/Diretor da SEV; **Vera Soares**/SAIAT; **Ângela Fontes**/Secretária Adjunta da SAIAT; **Neuza**
57 **Geralda Tito**/Secretária Adjunta da SAE; **Carolina Tokarski**/Coordenadora do PNPM; **Renata**
58 **Preturlan**/Observatório da SPM; **Raimunda de Mascena**/Assessora Especial para Assuntos das
59 Mulheres do Campo e da Floresta; **Nei Bonfim**/Coordenador da Comunicação Social/SPM; **Cilene de**
60 **Freitas**/Técnica de Suporte da Comunicação/SPM. Outras presenças: Senadora **Ana Rita**; **Carmen**
61 **Hein**/Assessora do Senado; **Bianca dos Santos**/Secretaria Geral da PR; **Laís Lopes**/Secretaria Geral
62 da PR; **Verônica Diano**/Ministério da Educação; **Leopoldo Vieira Teixeira**/MPOG. A Ministra
63 **Eleonora Menicucci** iniciou os trabalhos e justificou a mudança de data da reunião devido a
64 compromissos com a entrega das unidades móveis para atendimento às mulheres rurais e da floresta e
65 a assinatura da adesão ao Programa “Mulher, Viver Sem Violência” com governadores e prefeitos.
66 Em seguida informou sobre a Conferência do Cairo + 20, que contou com a presença na delegação
67 brasileira das conselheiras: Jacqueline Pitanguy e Maria José, ambas integrantes da Comissão
68 Nacional de População e Desenvolvimento, e Betânia Ávila que muito contribuíram no debate,
69 diálogo e entrosamento entre governo e sociedade civil, fundamentais no resultado do documento
70 final. Ele foi considerado muito avançado pela SPM. . Informou que já agendou com a atual
71 Presidenta da ONU Mulher audiência para discutir os desdobramentos dos acordos tratados na
72 Conferência. Na sequência, **Betânia Ávila**/Notório Conhecimento das Questões de Gênero, fazendo
73 uma conexão entre as conferências do Cairo/1994 e a de Montevidéu/2013, ressaltou a importância da
74 participação do sujeito “mulheres feministas” no percurso das lutas e nas mudanças conquistadas,
75 inclusive nas outras conferências. As mulheres se mostraram como sujeito, como também os conceitos
76 dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, de autoria do movimento feminista foram um dos
77 temas centrais dessas conferências. E comentou, “esses conceitos estão ainda em disputa do seu
78 sentido, mas isso só fortalece a autoria pública do feminismo, porque eles estão no mundo, é uma
79 obra coletiva. Todas as pessoas que participam dessas conferências, seja de governo ou da sociedade
80 civil, se referenciam neles”. Lembrou que a conferência em Montevideo foi importante pelo avanço
81 nas nossas demandas e pela possibilidade de refletirmos sobre o processo histórico de luta das nossas
82 causas com todas as dificuldades e contradições que esses 20 anos têm enfrentado em todo mundo
83 com o conservadorismo dos setores fundamentalistas. Referiu-se ao papel chave que a representação
84 do governo brasileiro desempenhou sob a chefia da Ministra Eleonora Menicucci, um fator muito
85 importante nos avanços que conseguimos consolidar. A delegação trabalhou arduamente, de maneira
86 democrática e cooperativa entre a parte governamental e a representação da sociedade civil. A
87 cooperação se dava tanto nos momentos oficiais, na produção de documentos e posicionamento e
88 também nas mesas de negociação, contando sempre com as contribuições de Sonia Malheiros e de
89 Vera Soares. Salienta o fato de a conferência ter acontecido em Montevidéu por suas posições muito
90 avançadas, o que contribuiu para assegurar o avanço. E que o governo brasileiro, por sugestão da
91 Ministra Eleonora, teve uma importância muito grande nessa definição, que foi estratégica face à
92 correlação de força da conjuntura. Destacou que, à medida que a conferência foi se desenvolvendo,
93 diferentemente do Cairo e de outros momentos, os países mais conservadores foram ficando retraídos
94 e tiveram que entrar na negociação. Finalmente, enfatizou a importância desse avanço para a
95 América Latina e Caribe, que podem ter um papel importante nas negociações até seu fechamento na
96 ONU em 2014. Vale a pena a leitura do relatório, resultado de um processo bastante democrático.
97 **Maria José Araújo**/RNFS - Eu fui uma das pessoas que, além de estar em Montevideo, junto com
98 Betânia e outras companheiras, venho participando dessas discussões desde Cairo/1994. E concordo
99 com tudo o que foi dito pela Betânia e reafirmo a importância que teve a delegação brasileira sob a
100 coordenação da Ministra Eleonora. Evidentemente houve problemas, muitas vezes não aparentes,
101 aconteceram coisas desagradáveis nos bastidores. Isabel Matamala, uma histórica feminista chilena
102 muito conhecida, integrou uma das mesas e fez crítica muito forte ao Chile, devido a processos
103 repressivos e conservadores com a falta de liberdade de expressão. O Embaixador do Chile chamou-a
104 em particular e disse que ela deveria se retratar de tudo que havia dito do país porque, se assim não
105 fizesse, o Chile sairia muito mal na foto. Ela respondeu que não faria isso. Mas, no geral a
106 conferência foi extremamente positiva. Houve uma grande abertura para nós, representantes da
107 sociedade civil; a ministra, inclusive, nos solicitou contribuições para seu discurso. Isso representou
108 uma inovação, um exercício democrático, e acho que o protagonismo da delegação brasileira foi muito
109 importante, pois fez a diferença com suas posições avançadas. Concordo que o Uruguai foi um país

110 que realmente recebeu e se preparou muito bem para receber a conferência e conseguiu apoiar as
111 negociações. E, ao final, os países conservadores se encolheram, O mais importante é que o
112 documento final não precisou de votação, através da negociação foi aprovado por aclamação com
113 conteúdos extremamente avançados. E essa conquista representou um grande avanço na luta das
114 mulheres pelos seus direitos sexuais e reprodutivos. Da parte de governos da América Latina e do
115 Caribe ficou claro que ainda temos uma dicotomia, por exemplo, governos progressistas utilizando-se
116 de leis conservadoras e fundamentalistas. Ministra **Eleonora**, quero ainda lembrar o papel
117 fundamental do Itamaraty, sob a coordenação do diretor de direitos humanos e áreas sociais,
118 Alexandre Guido. Ele e Fabrício foram extraordinários, assim como embaixada brasileira, que abriu
119 todas as possibilidades de espaço, inclusive físico. Aproveito para afirmar que, enquanto estiver neste
120 cargo, a relação com a sociedade civil será sempre esta, cada vez mais forte e consolidada. Quando
121 pedi ajuda a vocês para o meu discurso e, naquela noite vocês ficaram trabalhando nas sugestões, isso
122 foi fundamental porque, como ministra das mulheres tenho que ouvir as mulheres da sociedade civil,
123 e, na medida do possível, contemplar as sugestões no meu discurso governamental. Saí dessa
124 conferência muito satisfeita embora tenha sido a primeira mais tensa. Participei das conferências de
125 Genebra, Nova York, Washington e em todas venho ampliando a participação da sociedade civil. As
126 Conferências sobre a Mulher da América Latina e Caribe têm a marca da CEPAL. E a próxima de
127 Santo Domingo vai receber do Brasil a presidência da mesa diretiva. A delegação não está tão grande
128 quanto a do Uruguai; da parte do governo temos confirmada a representação do Itamaraty; do
129 Ministério do Trabalho e do MDA. O Min do Planejamento, Orçamento e Gestão ainda não
130 oficializou. A conferência terá como foco as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).
131 Do CNDM irá apenas Vera Machado, porque a outra indicada, Graça Costa, desistiu devido a
132 problema de saúde. Algumas entidades feministas pediram para integrar a delegação brasileira como a
133 AMB, a MMM, a RNFS e o CFMEA, no que foram atendidas. Decidimos também integrar duas
134 secretárias estaduais de organismos de políticas para as mulheres. E uma representação de organismo
135 municipal, no caso, o convite foi dirigido à Denise Mota, de São Paulo. Integrantes do Fórum de
136 Mulheres de Partidos Políticos fizeram a mesma solicitação e concedemos duas vagas. Foi uma
137 discursão muito boa, apesar de tensa, porque fiz uma exigência, as pessoas indicadas teriam que ser
138 representantes da Secretaria Nacional de Mulheres de determinados partidos; teve uma tensão com o
139 PDT que queria encaminhar uma pessoa que não se enquadrava no critério que estabelecemos. Foi
140 decidido o nome de Liège Rocha do PCdoB; a Layse que iria pelo PT tinha outro compromisso. **Sônia**
141 **Malheiros**/Assessora Especial, complementou alegando que a conselheira Silvana Verissimo também
142 pediu para integrar a delegação, representando o Fórum Nacional de Mulheres Negras, no que
143 também foi atendida. Ministra **Eleonora**, referindo-se à reunião em Santo Domingo comentou: espero
144 que tenhamos o mesmo êxito que tivemos na de Uruguai. E informou que, de 12 a 15/11, teremos a
145 RMAAMM que acontecerá em Caracas, na Venezuela. Da SPM irão além da Ministra, representantes
146 da área da autonomia econômica/SAE; de enfrentamento à violência/SEV e a Assessora Especial
147 Sônia Malheiros. Em seguida introduziu o assunto, veiculado na mídia referente a uma pesquisa
148 divulgada pelo IPEA sobre a Lei Maria da Penha, esclarecendo tratar-se de estudo isolado de uma
149 pesquisadora de fora do IPEA que se utilizou dos dados do DATASUS. Portanto, não representa
150 posição oficial do IPEA. E comentou: “para nós do governo, o que circulou na mídia foi muito ruim,
151 mas imediatamente enfrentamos o debate e mostramos com os nossos dados que a Lei Maria da Penha
152 não fracassou. Amanhã sairá uma página inteira na Folha de São Paulo, entrevista que dei para a
153 Mônica Bergamo, muito articulada e esclarecedora, onde digo que a posição do governo é a mesma
154 do IPEA”. Na sequência informou que recebeu do Ministério da Saúde a resposta da carta protocolada
155 pelas conselheiras da sociedade civil, assinada pelo Dário, onde ele se coloca à disposição do CNDM
156 para uma reunião. Após leitura da carta, a ministra abriu inscrições para os comentários,. Entretanto,
157 devido à ausência da conselheira titular, Esther e por concordância do pleno, a discussão ficou
158 suspensa até a sua presença. Estava presente sua suplente Teresa Lamare. Dando sequência à reunião,
159 a Ministra informou que, com sua presença, dez estados já aderiram ao Programa “Mulher Viver Sem
160 Violência” e que só Pernambuco não vai aderir. Oito estados já receberam unidades móveis,
161 cumprindo assim uma das reivindicações da Marcha das Margaridas. Comunicou que até 14 de junho
162 de 2014 dez casas da mulher brasileira serão inauguradas e as restantes só depois de novembro, por
163 conta de período eleitoral e que no mês de março serão colocadas placas nas dez casas e, nas demais,
164 lançada a Pedra Fundamental. Em seguida, relatou o processo de escolha dos terrenos para instalação
165 das casas. E em relação às unidades móveis informou que está sendo rearticulado o fórum de

166 mulheres do campo e da floresta, sob a coordenação de Raimundinha/assessora especial do seu
167 gabinete. Em seguida deu as boas vindas às novas conselheiras governamentais: Daiana de Oliveira
168 Andrade/suplente do MEC; Marta Santa Cruz por Deus/suplente do MPOG; Dalila Fernandes
169 Negreiros/suplente da SEPPIR; Mariana Meirelles/titular e Ana Carolina/suplente do MMA e da
170 sociedade civil: Eunice Aparecida da Cruz/BPW-Brasil, substituta da Sueli Batista. E justificou as
171 seguintes ausências: Maria das Graças/MAMA, por problema de saúde; Cláudia Prates/MMM devido
172 a compromissos junto a sua entidade; Alessandra/CONTAG por estar participando da Conferência
173 Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Jacqueline Pitanguy/Notório Conhecimento das
174 Questões de Gênero, por encontrar-se fora do Brasil; Arlene Sabóia/CGTB por conta de outro
175 compromisso; Silvana Verissimo/FNMN devido ao falecimento de sua mãe; Maria Goretti
176 Gomes/LBL devido a compromissos profissionais; e a Eunice A. da Cruz/BPW e Aparecida Sueli
177 Carneiro/Notório Conhecimento das Questões de Gênero, por problema de emissão das passagens fora
178 do prazo. Prosseguindo apresentou uma proposta de homenagem à Rose Marie Muraro pela
179 importância de suas contribuições no movimento feminista e de mulheres e, também no CNDM,
180 enquanto ex-conselheira. A ideia seria aproveitar a abertura da reunião dos núcleos de estudos e
181 pesquisas de universidades, a se realizar em 11 de novembro, para homenageá-la com uma exposição
182 de toda a sua obra, com a veiculação de um vídeo que narre sua vida e uma palestra sobre os
183 conteúdos de suas obras feita por Betânia Ávila e Albertina Costa sob a coordenação da Secretária
184 Executiva Lourdes Bandeira e organização de Ângela Fontes. Rose será representada pela filha. Essa
185 seria a possibilidade de a SPM homenagear essa feminista e escritora que muito deu de si às causas
186 das mulheres; a outra seria chamar a atenção para as pessoas contribuírem financeiramente. Secretária
187 **Vera Soares/SAIAT**, podemos colocar à disposição o vídeo de autoria da Eunice Guttman para quem
188 quiser organizar alguma atividade de solidariedade à Rose. **Ângela Fontes/Secretária Adjunta da**
189 **SAIAT**, complementando informou que o vídeo foi feito dentro do Projeto “Memórias Vivas do
190 CEDIM”, no Rio de Janeiro, e contou com o apoio da FAPERJ e que pode ser reproduzido e
191 distribuído nos estados. **Estela Aquino/ABRASCO**, quando começou a circular essa carta da Rose
192 fiquei pensando muito a respeito, não tenho uma proposta concreta, mas queria propor que
193 amadurecêssemos a ideia de criar um “Instituto das Mulheres”, de iniciativa do Estado, não uma
194 iniciativa da sociedade civil. E que ele cumprisse um papel tanto em relação à preservação da memória
195 das nossas lutas quanto, a exemplo de outros países, fosse um canalizador de recursos. Precisamos ter
196 algum tipo de ação como, por exemplo, bolsas para uma pessoa como Rose não ter que, a essa altura
197 da vida, divulgar uma carta, como se fosse algo de solução de caráter solidário e pessoal, entendeu?
198 Existem experiências dessa natureza que merecem ser conhecidas. Essa ideia que apresentei está
199 sendo discutida no espaço acadêmico que integro. Tem como proposta mobilizar recursos para uma
200 ação mais efetiva dos núcleos. Seria interessante pensarmos em algo mais permanente, com um
201 conselho consultivo, e que não fosse uma ação só de governo, mas da participação de feministas
202 históricas e de pessoas da sociedade que contribuíssem. Que tivesse perenidade para assegurar que a
203 nossa memória e a nossa capacidade criativa de produção intelectual sobre o feminismo e o
204 movimento das mulheres no Brasil. **Lúcia Rincon/UBM**, o que nós da UBM pensamos foi se
205 conseguirmos um projeto de lei, uma medida, junto à cultura ou outra instância de governo que
206 vinculasse essa instituição a algum subsídio permanente, e que no dia de homenagem à Rose, a
207 apresentássemos. A outra questão é que nos dias 10 e 11 estaremos realizando, a UBM e a SPM com
208 apoio do MEC e outras entidades, a Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero. No dia de
209 homenagem à Rose, dia 11, teremos pessoas em Brasília que poderão participar e prestigiar. **Maria**
210 **Aparecida Schumacher/AMB**, concordo com as colocações feitas por Estela. A carta da Rose é muito
211 menos do que uma necessidade premente, levanta uma questão que vale para todas nós. E temos um
212 exemplo nessa sala, a Clara Charf. São mulheres que dedicaram suas vidas em transformar o mundo
213 e acabaram esquecendo de si mesmas. E nessa fase da vida as coisas não são fáceis. A velhice não
214 traz só experiência da vida; traz inseguranças, problemas e medos. A Rose levanta essa questão. Ela
215 tem uma contribuição que não precisa se colocar aqui, e eu cumprimento a SPM pela iniciativa de
216 fazer tal homenagem. A atividade deve ser muito bem pensada e divulgada nacionalmente para ter a
217 repercussão necessária. Tem as doações pessoais, mas acho que a questão é outra. Rose tem uma
218 energia enorme, você vai conversar com ela e acha que ela é imortal, e, portanto, tem muitos longos
219 anos pela frente. Engordar sua conta bancária por um mês não resolverá o que ela colocou na carta.
220 Quem conhece e acompanhou o Centro Cultural Rose Marie Muraro sabe que foi uma luta de muitos
221 anos e que ela conseguiu, junto ao Governo Brasileiro, na época, o Governo Lula. Ela conquistou este

222 espaço e o transformou numa organização, não sei se em ONG. As dificuldades são muitas para
223 manter funcionando o Centro. Portanto, ela aguarda ansiosamente uma resposta nossa; não uma
224 resposta pessoal, mas uma resposta política para o dilema que vem enfrentando e acho que Clara Charf
225 também enfrenta. Ministra **Eleonora**, as ideias colocadas foram muito boas e, independentemente da
226 homenagem que faremos à Rose, precisaremos aprofundá-las e construir a proposta. Sobre a criação
227 de um projeto de lei, desistimos dela por não ser plausível. **Lourdes Bandeira**/Secretária Executiva
228 solicitou à conselheira Schuma informação sobre o projeto “Casa da Mulher, no Rio de Janeiro” que
229 tinha como objetivo a preservação da memória das produções feministas. **Maria Aparecida**
230 **Schumacher**/AMB, em 2008 apresentamos esse projeto à Ministra Nilceia, dentro do Projeto da
231 Mulher 500 anos, o “Memorial da Mulher Brasileira”. Na verdade a ideia era criar um espaço
232 museológico que reuniria as histórias da mulher brasileira - vestimentas, roupas, trajetórias etc. Esse
233 tipo de memorial ainda não existe no Brasil. Na época achamos que, com a Ministra Nilceia e o
234 Governo Lula, valia muita a pena e o apresentamos. Com a aprovação, chegou-se até a constituir uma
235 comissão de trabalho, mas como ele tinha conteúdos e objetivo museológicos, não podia ser feito só
236 através da SPM, teria que passar pelo Ministério da Cultura que, naquele momento estava criando o
237 Instituto Nacional de Museus. Em 2010 o projeto foi abraçado pela SPM e lançado pela Presidenta
238 Dilma no dia 8 de março para sete mil mulheres do Rio de Janeiro. Coube-me a tarefa de traduzi-lo
239 num *folder*, que foi impresso pela Caixa Econômica em número reduzido porque a Caixa só
240 disponibilizou 15 mil reais. Os *folders* foram distribuídos para aquele público que participou do 8 de
241 março, como ato de lançamento. Entretanto, apesar dos esforços, a ideia da criação do Memorial foi
242 se perdendo, mas estamos retomando e lutando para conseguir transformá-lo em uma política.
243 **Lourdes Bandeira**/Secretária Executiva, o projeto envolvia também a Petrobrás, como uma das fontes
244 de recursos. Uma das alternativas propostas era de o Memorial se instalar na Estação da Leopoldina.
245 Ministra **Eleonora**, acho muito interessante a ideia desse projeto; e, embora não seja a mesma da
246 Estela, em algum momento se complementam. **Marilda Castelar**/CFP, estamos falando de várias
247 frentes, o que é muito importante. Proponho pensar um Projeto “Memória Viva” que contasse com
248 depoimentos das colegas, principalmente das ex-conselheiras do CNDM e dos Conselhos Estaduais e
249 Municipais. Outra questão a é a Conferência da Pessoa Idosa, temos que ter uma articulação com as
250 políticas para as idosas. **Vera Soares**/SAIAT, a SPM integra o Conselho Nacional do Idoso e ontem
251 a Ministra esteve na abertura do I Encontro Latino-Americano sobre Direitos Humanos da Pessoa
252 Idosa. Estamos tentando mudar o nome, para Estatuto da Pessoa Idosa e o Conselho Nacional da
253 Pessoa Idosa. Temos uma articulação com o Conselho Nacional da Pessoa Idosa, coordenado pela
254 Secretaria de Direitos Humanos, e fizemos, a pedido da Ministra, uma consultoria para pensar as
255 políticas específicas para as mulheres idosas. Essa consultoria deve contribuir para elaboração de um
256 programa mais articulado que inclua a dimensão de gênero do envelhecimento. Ministra **Eleonora**
257 comunica que participou da abertura da citada Conferência, junto com a Ministra Maria do Rosário,
258 que apresentou dados alarmantes sobre violência contra mulheres idosas. Informou que o Brasil conta
259 com 143 Delegacias de Pessoas Idosas e que muitas não tinham conhecimento sobre isso. **Estela**
260 **Aquino**/ABRASCO, diz que o envelhecimento não tem gênero; velho não tem gênero e as análises
261 muitas vezes são feitas sem separar por sexo. Estuda há seis anos o primeiro grande estudo de corte
262 na área de saúde da América Latina, “Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto”. É um estudo muito
263 difícil com uma gestão muito pesada, o desafio consiste em colocar cunha de gênero em um grande
264 estudo epidemiológico brasileiro. Desde 2008 acompanha uma Coorte de 15 mil adultos, que, quando
265 entraram na Coorte tinham de 35 a 74 anos. A ênfase era no estudo de envelhecimento com foco nas
266 doenças crônicas. Conseguiram incluir outras variáveis relativas à família, relações conjugais, idade,
267 relação trabalho, temas que são caros para as feministas. O estudo está em curso, agora estão
268 trabalhando, por exemplo, os dados sobre menopausa, histerectomia; são oito mil mulheres e sete mil
269 homens, e há um esforço enorme para investir em linha de pesquisa para trabalhar a questão do
270 envelhecimento, como cognição, violência, todos os temas que dizem respeito à saúde, não só sobre
271 as doenças. Agora estou advogando em causa própria me dedicando a estudar o envelhecimento.
272 **Clara Charf**/Conselheira Emérita, retomando o assunto da homenagem à Rose assim se referiu: as
273 ideias aqui colocadas são ótimas; teoricamente são todas lindas. Todo mundo acha que quem lutou
274 pela igualdade entre homens e mulheres merece ser respeitada. Em alguns países socialistas, Cuba, por
275 exemplo, com toda dificuldade tentou fazer isso, mas não conseguiu efetivar a concessão de prêmios
276 para mulheres lutadoras. Mas muitas mulheres são citadas em atividades, em obras, em livros, em
277 filmes, etc. Eu penso que a escolha de qualquer iniciativa deve ser rápida, porque não devemos

278 chegar ao fim do ano e continuar a discussão sobre se é prêmio, se é dinheiro ou o que é. Porque há
279 pessoas que envelhecem e têm família que pode perfeitamente cuidar delas, dar de comer e levar ao
280 médico quando necessitar. E há pessoas que fizeram coisas maravilhosas na sociedade e, quando
281 envelhecem não têm quem cuide delas. Minha ideia é a seguinte: se a Itaipu e a Petrobras têm
282 possibilidades de serem parceiras em propostas como, por exemplo, de premiação a essas mulheres,
283 então que os contatos sejam feitos. Ministra **Eleonora** listou as propostas sobre: 1) homenagem à Rose
284 no dia 11 de novembro sob a coordenação da SPM com apoio do CNDM; 2) formação de um GT para
285 formatar proposta de criação de um instituto ou algo do gênero que congregue a produção das histórias
286 de mulheres brasileiras; e 3) criação de um prêmio em que a SPM e o CNDM assumiriam a
287 coordenação e convidariam as Ministras da Cultura e da SEPIR. As duas propostas, foram aprovadas.
288 Com relação ao prêmio, a Ministra designou a Secretária Executiva Lourdes Bandeira para a
289 coordenação e Vera Soares como sua suplente, responsabilizando-as pela elaboração de uma proposta
290 de edital. Ministra **Eleonora** Quanto à composição do GT, da parte do governo ficaria: SPM, SEPIR,
291 Min. da Cultura e Casa Civil, e da parte do CNDM seria composto por Betânia, Estela, Schuma e
292 Maria das Dores (Durica). Pretendo concluir até o final do ano a parte burocrática da construção do
293 prêmio para que possamos entregá-lo no mês de março. Quanto à ideia de criação de um memorial
294 para mulheres e/ou, de um instituto precisamos amadurecer a proposta e buscar envolver como
295 patrocinadores outros parceiros como, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás e Itaipu para,
296 inclusive entrarem no prêmio. O convite a esses parceiros não será só para patrocinar, mas para
297 participarem de todo processo de formatação, como protagonistas. Já temos o embrião de um comitê
298 formado que vai pensar e solidificar a criação de um instituto ou de um memorial. Em seguida a
299 Ministra apresentou Neuza Tito, adjunta da secretária Tatau Godinho da SAE e aproveitou para
300 justificar sua ausência que vai viajar para Uberlândia para compromisso de sua secretaria. Em seguida
301 **Neusa Tito**/Secretária Adjunta da SAE fez um relato das atividades da SAE, esclarecendo que, desde
302 a a última reunião do CNDM, ocorreram poucas alterações com exceção do Programa Pró-Equidade
303 de Gênero e Raça que, na ocasião, estava em fase de inscrição. E comentou: o programa tem exercido
304 um papel muito importante na construção da igualdade e equidade de gênero no mundo do trabalho. O
305 foco são as empresas de grande e médio porte. A boa novidade é a ampliação do programa que está na
306 5ª edição e teve um aumento de 22% do total de empresas participantes, o que comprova um
307 reconhecimento do trabalho gestado pela SPM. Além da comprovada influência no mundo do trabalho
308 com mudança de padrão no tratamento com mais equidade de gênero nessas empresas. Algumas ex
309 participantes retornaram, à exemplo das empresas do setor elétrico. Há empenho da SPM para trazer
310 outras empresas devido a importância em alterar o papel das mulheres, para que ocupem espaços de
311 decisão e cresçam na carreira. A Ministra e a Tatau participaram de uma reunião no Banco do Brasil e
312 ouviram relatos de experiências muito positivas, resultado desse processo de trabalho, algo que vem
313 acontecendo em todas as empresas que têm participado do Pró-Equidade de Gênero e Raça. O
314 Programa conta com um Comitê Técnico Institucional e já solicitamos à secretaria do CNDM para
315 indicar duas representações (titular e suplente) para integra-lo. O segundo tema do empenho da SAE é
316 sobre a PEC das domésticas. A novidade é a mudança constitucional que agora passa a ser a 302.203
317 - PEC das Domésticas, um avanço por conta da alteração de um dos artigos da Constituição. O
318 documento que vocês receberam da representante da FENATRAD contém as proposições das
319 entidades representativas de classe das trabalhadoras domésticas. Há necessidade de diálogo com o
320 Congresso Nacional para se avançar na regulamentação da PEC. A SPM, através da sua assessoria
321 parlamentar e da SAE se articulou com as trabalhadoras domésticas para que o projeto voltasse para
322 as duas comissões, para fazer avançar em alguns pontos que as trabalhadoras julgam importantes.
323 Agora é aguardar a votação dos requerimentos para retorno às Comissões de Família e Previdência e
324 Constituição Justiça e Cidadania. Outro assunto relatado na reunião passada do CNDM e que se
325 concretizou foi a 35ª Conferência da IATUR que trata de pesquisas sobre o uso do tempo. O resultado
326 dessa Conferência tem repercutido positivamente na discussão do uso do tempo na América Latina.
327 Informou que participou de uma Conferência da FAO sobre Políticas Públicas para as Mulheres Rurais
328 da América Latina e do Caribe dos Países Andinos e o tema do uso do tempo foi muito discutido,
329 inclusive pelas trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas que estavam presentes. A organização
330 dessa conferência foi da SPM, IBGE, OIT e ONU Mulheres e contou com a participação de 37 países.
331 Os documentos estão disponíveis no *site* onde além do acesso aos textos, estão os projetos e os
332 trabalhos apresentados. E a grande novidade anunciada pelo IBGE, é que na nova modalidade da
333 PNAD serão incluídas mais variáveis sobre o uso do tempo. É importante no cruzamento dos micros

334 dados que consigamos identificar como as mulheres usam seu tempo e quais as tarefas que executam.
335 Outra iniciativa da SAE que também se concretizou e que a SPM vinha articulando junto Min do
336 Esporte, foi o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, que contará com o patrocínio da Caixa
337 Econômica. Teve a primeira rodada do campeonato, foram 10 jogos simultâneos, um deles aconteceu
338 aqui em Brasília, no qual a nossa Ministra esteve presente e deu o chute inicial. Ministra **Eleonora**,
339 nesse dia o Juca Kfourri repercutiu no seu *blog* a notícia da minha presença e reproduziu um artigo de
340 minha autoria veiculado no CorreioBraziliense sobre o futebol feminino. Ao final Neuza informou
341 sobre a realização do Seminário de Esporte Lazer e Políticas Públicas, em Brasília, no dia 21 de
342 novembro. Esse seminário contará com representação dos estados e de uma representação do CNDM.
343 **Vera Soares/SAIAT** apresentou sua adjunta Ângela Fontes que era Secretária de Políticas para as
344 Mulheres do Rio de Janeiro e já trabalhou na SPM na gestão da Ministra Nilcea. Em seguida fez um
345 relato das ações que a SAIAT vem realizando: publicação do 8º Prêmio “Construindo a Igualdade”
346 que faz parte do “Programa Mulher e Ciência” informou que na entrega do Prêmio é entregue também
347 o livro com os textos premiados. Já está em processo a divulgação do 9º prêmio que vai até 13 de
348 outubro. Como nossa linha de ação é, também, da produção e de incentivo à produção cultural das
349 mulheres, fizemos um edital de cinema: “Cinema de Mulheres Carmem Santos” e um edital de artes
350 visuais, um sucesso absoluto. Recebemos 417 propostas para roteiro de curta e média. Foi o maior
351 concurso que aconteceu na Secretaria de Áudio Visual, do Min da Cultura. Estamos nos organizando
352 para o processo de avaliação. E do edital de Artes Visuais, recebemos as 920 propostas e estamos nos
353 organizando para o processo de avaliação. Sobre o “Mulheres Negras Contam sua História,” nos
354 comprometemos em lançar um livro com as narrativas premiadas. Possivelmente será lançado na
355 abertura ou durante a CONAPIR. A outra ação se refere ao fortalecimento das mulheres nos espaços
356 de poder que envolve principalmente o incentivo à criação e fortalecimento dos organismos
357 governamentais estaduais e municipais através das secretarias, coordenadorias e/ou diretorias de
358 políticas para as mulheres. No ano passado tínhamos por volta de 320 organismos. Este ano já
359 contabilizamos 610 organismos, presentes nos 26 estados e no Distrito Federal. No período de 29 a 31
360 de outubro próximo realizaremos um encontro junto a esses organismos, esperando contar com a
361 presença de todos os estados da federação. Outra iniciativa é uma política de indução das meninas e
362 jovens às carreiras científicas e tecnológicas. Em breve a SPM lançará um edital com a participação
363 da Petrobrás, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do CNPq. No próximo ano será lançado o 10º
364 Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e decidimos realizar uma avaliação para sabermos quem
365 participou; que escolas concorreram; quem eram os/as professores/as e o que escreveram. Estamos
366 discutindo uma proposta de metodologia. A respeito da Conferência Nacional Livre de Educação, a
367 SPM e o Ministério da Educação estão dando todo apoio logístico necessário para a sua realização. E,
368 finalmente sobre a reunião de pesquisadoras de núcleos de pesquisa das universidades que faz parte do
369 Programa Mulher e Ciência, estamos organizando e formulando a programação. Ministra **Eleonora**
370 apresentou **Marcelo Pontes**, arquiteto que assumiu a diretoria do Programa Mulher Viver Sem
371 Violência, e na sequência passou a palavra à Secretária **Aparecida Gonçalves** que informou sobre o
372 Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013 que instituiu o Programa “Mulher, viver sem violência”. E
373 que na mesma data saiu uma Portaria do Ministério da Fazenda incluindo esse Programa no PAC -
374 Programa de Aceleração do Crescimento para agilizar os benefícios para construções mais rápidas e
375 mais eficientes. Definimos como uma das estratégias do Programa as adesões dos estados, ou seja,
376 adesões dos governadores, dos prefeitos, dos presidentes do Tribunal da Justiça, dos procuradores
377 gerais dos Ministérios Públicos e das Defensorias Públicas.. Já aderiram os seguintes estados: Bahia,
378 Espírito Santo, Paraíba, Paraná, São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul. No dia 10 iremos a Minas
379 Gerais; dia 23 São Luís do Maranhão; dia 29, Roraima e dia 30 de outubro em Manaus. No mês de
380 novembro: dia 06 iremos para Alagoas e Pernambuco, sendo que Pernambuco não aderiu ao
381 Programa, mas iremos entregar as Unidades Móveis; no dia 07 Rio Grande do Norte e Ceará; dia 12 o
382 Rio de Janeiro; dia 21 Goiás, dia 28 Tocantins. E no mês de dezembro: dia 04 Piauí; dia 11 Rondônia;
383 dia 12 Acre e dia 17 Mato Grosso do Sul. Os demais estados ficarão para planejamento. Na sequência
384 Marcelo apresentou o protótipo das Casas da Mulher Brasileira e comunicou sobre a Medida
385 Provisória nº 615 em que o Congresso Nacional e o Senado autorizam a SPM a contratar o Banco do
386 Brasil para fazer as licitações para a construção das Casas. Agora a Medida Provisória nº 615 deve ser
387 sancionada pela Presidenta Dilma e imediatamente a SPM tomará as providências cabíveis,
388 contratando o Banco do Brasil. Temos um acordo de cooperação com o Banco do Brasil e ele nos
389 cedeu oito profissionais das áreas de arquitetura e de engenharia para ajudar na construção das Casas.

390 Até julho teremos 10 Casas da Mulher Brasileira sendo inauguradas e o início das obras das demais.
391 Vamos inaugurar prioritariamente em novembro, por ser o mês que o país se volta para a discussão da
392 temática violência contra as mulheres. O Programa prevê a organização do serviço de saúde e coleta
393 de vestígios e crimes sexuais. Já temos o Decreto aprovado pelo Congresso e sancionado pela
394 Presidência da República que trata da violência sexual e que necessita ser regulamentado. Com
395 relação à organização do atendimento estamos discutindo em outro GT composto por representantes
396 do Ministério da Saúde e SPM. Ao mesmo tempo, tanto o Ministério da Saúde quanto o Ministério da
397 Justiça estão elaborando a matriz pedagógica de capacitação dos profissionais das áreas da saúde e da
398 segurança pública. Sobre a Central do 180, estamos com três editais em lançamento. Em breve sairá o
399 da telefonia e, imediatamente, soltaremos o do sistema e o da operadora do *Call Center*. Lançaremos
400 brevemente o balanço dos atendimentos do primeiro semestre. Estamos aprimorando o sistema para
401 incluir dados sobre os centros de referências, casas abrigos, delegacias. E, também para que elas
402 conversem com os do sistema de saúde, lançando as bases para criar o Sistema Nacional de Dados
403 Sobre Violência Contra a Mulher. Já visitamos os Núcleos Especializados de Fronteiras de Foz do
404 Iguaçu, Ponta Porã e Corumbá. Não se trata de visitas só para negociar com os prefeitos, mas com os
405 governos dos estados e dos municípios, com a Polícia Federal, com o Consulado do outro lado do país,
406 com o Ministério das Relações Exteriores. É nossa responsabilidade ter o centro de fronteira instalado
407 na nossa área nacional e atender mulheres em situação de violência dos países vizinhos. O
408 atendimento é binacional. A nossa equipe já começou a fazer as visitas para criarmos os comitês de
409 fronteira. Já foram visitadas as fronteiras de Ponta Porã, Corumbá no Mato Grosso do Sul, Jaguarão e
410 Santa do Livramento no Rio Grande do sul e Foz do Iguaçu no Paraná. Temos uma visita marcada
411 para Brasiléia no Acre, para Bonfim e Pacaraima/Roraima. Com a instalação dos comitês de fronteiras
412 fecharemos todo processo de negociação da rede de atendimento tanto do lado do Brasil como dos
413 países que fazem fronteiras. Na sequência a Ministra anunciou a presença reunião da senadora Ana
414 Rita para apresentar o resultado da CPMI da Violência e comunicou a entrega exitosa do relatório final
415 à Presidenta da República. Informou da existência de dois projetos prioritários, resultado da CPMI,
416 encaminhados ao Senado Federal um, com a finalidade de criar um Fundo Nacional de Enfrentamento
417 a Violência contra a Mulher e o outro que tem como finalidade tratar o feminicídio como crime,
418 portanto necessitando ser tipificado como tal no Código Penal. O Fundo Nacional foi rejeitado por
419 questão de inconstitucionalidade e está em discussão o projeto do feminicídio, a pedido de vistas pelos
420 Senadores Pedro Taques e Aloizio Nunes. Relatou que a Aparecida Gonçalves conversou com os dois
421 senadores para apontar-lhes a importância da aprovação do Projeto que trata do feminicídio no que se
422 refere à sua tipificação. Como circulava a ideia de realização de uma audiência pública para tratar
423 desse assunto, o senador Pedro Taques se comprometeu a acatar o que nela fosse encaminhado. **Nei**
424 **Bonfim**/Coordenador da Comunicação retoma o Projeto “Mulher viver sem violência” para informar
425 sobre as campanhas que devem começar em breve e que têm como conceito desnaturalizar a violência.
426 As campanhas serão contínuas e terão três fases: a primeira, de sensibilização; a segunda de
427 esclarecimento e a terceira de mobilização. Isso significa que a tragédia da violência será escancarada,
428 porém, sem que a mulher apareça com hematomas. Ela se apresentará em posição sofrida, mas sem a
429 imagem que a coloca para baixo, por exemplo, o filme da terceira fase mostrará uma mulher sendo
430 agredida pelo marido em casa à noite e, de um prédio ao lado as luzes começam a acender para
431 mostrar o envolvimento de outras pessoas. E essas luzes formam o número 180, esse é um exemplo.
432 As mídias serão abrangentes, desde TV aberta até *internet*, rádio, *spots*, revistas para classes A e B,
433 revistas para as classes C e D, carros de som, barcos de som nos pontos mais distantes do país e,
434 enfim, esse é o conceito e a veiculação da campanha. **Raimunda Celestina**/Assessora Especial para
435 assuntos de mulheres do campo e da floresta, fala sobre a intensa jornada pelo Brasil debatendo junto
436 a diversas autoridades o Programa Mulher Viver sem Violência, e entregando as unidades móveis.
437 Nesse processo realizou-se uma boa mobilização das organizações de mulheres trabalhadoras rurais
438 dos estados. Já fomos a vários estados e é grande a presença dessas mulheres. Estamos muito
439 empenhadas em criar e/ou reestruturar os fóruns estaduais de enfrentamento à violência contra as
440 mulheres do campo e da floresta. As entregas dos ônibus têm possibilitado um diálogo proativo,
441 resultando em compromissos dos governos estaduais com as mulheres do campo e da floresta. Nesse
442 processo, temos incluído nas discussões o problema da água. São poucos os estados que conseguem
443 olhar essas mulheres. Tenho dito à Ministra, que estamos vivendo um momento impar no cotidiano da
444 SPM, dá trabalho, mas é bonito de ver as autoridades dos estados discutindo não só a violência que as
445 mulheres sofrem, mas outros problemas. Ministra **Eleonora**, o que Raimundinha acabou de colocar é

446 muito importante e até emocionante. Em todos os atos de entrega das unidades, temos tido uma
447 mulher trabalhadora do campo e da floresta falando. Elas sentam à mesa junto às autoridades e falam
448 sobre sua realidade.. Dá uma sensação de pertencimento ao fazer essas entregas. Já comentei com
449 Betânia que vivemos a maior emoção da nossa vida no dia 12 de agosto quando fomos à Alagoa
450 Grande/PB para fazer a primeira entrega. Essa atividade foi uma escolha minha, porque a última vez
451 que estive nesse município foi para carregar o caixão da Margarida. Consegui levar o governador,
452 representantes da Secretaria da Justiça e ver o filho da Margarida ali como vice-prefeito de Alagoa
453 Grande, foi realmente muito emocionante. E agora com a presença de Esther da Saúde da Mulher do
454 MS, vamos retomar a questão da carta que vocês, da sociedade civil, protocolaram no MS e que a
455 resposta veio endereçada a mim. Reitero que Dario colocou a Diretoria do DAPS e da Coordenadoria
456 da Saúde da Mulher à disposição para, se for o caso, recebe-las. Eu também iria ou Secretária
457 Executiva Lourdes. **Estela Aquino/ABRASCO**, sei que os governos têm as suas razões e como
458 sociedade civil aqui me coloco, já estive do outro lado, trabalhando no Instituto Nacional de Câncer,
459 não desconheço essa realidade. Mas, gostaria de registrar que fiquei profundamente insatisfeita com
460 essa resposta. Em primeiro lugar, a carta foi dirigida ao Ministro e quem nos respondeu foi o Dário,
461 por quem tenho muito respeito, mas isso não foi adequado. Em segundo lugar, há na resposta um tom
462 autoritário, quando ele diz que é prerrogativa de governo fazer o que foi feito. É também prerrogativa
463 do CNDM manifestar seu desagrado. E gostaria de dizer que o Ministério da Saúde está na contramão
464 do que está acontecendo e sendo conduzido pela SPM, no momento em que é dito aqui que a palavra
465 de ordem é desnaturalizar a violência contra as mulheres; em que a Ministra vai para o Uruguai e
466 assume posições de diálogo com a sociedade civil bastante elogiada aqui. A palavra tem poder e as
467 feministas têm batido nisso. Voltamos à história da Rede Cegonha. Estamos assistindo o MS na
468 contramão do que está acontecendo, e, inclusive, da parte da nossa Presidenta quando sancionou o
469 projeto que assegura os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que sofrem violência sexual, se
470 contrapondo as pressões de grupos conservadores. Gostaria que o MS tivesse a mesma coragem que
471 teve de nos responder nesse tom, com os evangélicos. Porque falar em pluralidade e fazer o que foi
472 feito, pegar o PNPM que foi gerado nas Conferências que contaram com mulheres de todo país e
473 higienizá-lo, pois o que fizeram foi uma higienização. Quero manifestar meu descontentamento e
474 dizer, com todo respeito que tenho pelas pessoas que estão lá, que é inaceitável a resposta que veio
475 para o CNDM. A minha posição é que esse Conselho não deve se reunir nem com o Dário e nem com
476 a Coordenação da Saúde da Mulher, porque a carta foi enviada ao Ministro e reitero o que foi levado
477 por esse Conselho. Todas as demais intervenções foram na linha explicitada por Estela. **Maria Esther**
478 **Vilela/MS**, provocada por essa discussão e pelas observações pertinentes gostaria de lembrar que
479 temos um Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha e que as reuniões se realizam duas vezes
480 por ano. A última reunião aconteceu em junho e contou com a participação de Sandra Valongueiro,
481 Suzane, Simone Diniz, falando sobre a questão da violência obstétrica. Algumas de vocês estão na
482 nossa lista de convidadas. Vou tomar a liberdade de ampliar essa lista e incluir todas do CNDM. As
483 reuniões acontecem em Brasília. Seria muito importante vocês participarem desse espaço até para
484 contribuir com a qualificação dessa rede que é uma obra aberta e está em construção. Quanto mais as
485 vozes das mulheres estiverem lá, mais a rede terá a cara que queremos. O Comitê é um espaço
486 importante para colocarmos questões para enriquecer o debate. Geralmente o Ministro participa
487 fazendo uma prestação de contas, mas depois abrimos para temas relacionados à saúde da mulher
488 visando qualificar o encontro. Os Comitês da “Rede Viver sem Limites” e “Rede Cegonha”, são
489 espaços que todas estão convidadas a participar. Ministra **Eleonora** como ministra e presidenta do
490 CNDM, assumo o compromisso de custear dez passagens de conselheiras da sociedade civil para
491 participar das reuniões desse comitê. A SPM arcará com os custos, a participação de vocês é com
492 inteira liberdade e autonomia. No segundo dia da reunião a Ministra **Eleonora** apresentou e agradeceu
493 a presença da Senadora Ana Rita, presidenta da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre
494 Violência contra a Mulher no Congresso Federal que gentilmente se dispôs a comparecer a reunião do
495 CNDM para apresentar o Relatório Final da CPMI. A Ministra enalteceu o empenho do trabalho da
496 CPMI assumido pela senadora e pela deputada Jô Moraes e sua equipe pela sua imensa importância e
497 fundamental para o Brasil, especialmente para as mulheres. Senadora **Ana Rita** cumprimento com
498 muita alegria nossa querida Ministra Eleonora que, algumas vezes, já estive no Estado do Espírito
499 Santo juntamente com a Aparecida Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e
500 dizer que nós mulheres, nesse momento, nos orgulhamos da SPM tendo essa ministra à frente
501 conduzindo o trabalho com muita disposição. E, é um orgulho termos uma SPM que tem se

502 empenhado para que as mulheres tenham políticas públicas eficientes que assegurem igualdade e
503 maior autonomia econômica. Quero manifestar a minha satisfação de poder trabalhar durante esse
504 período junto com a SPM. Na verdade a CPMI foi pensada na gestão da Ministra Iriny Lopes que nos
505 procurou no Senado com a proposta de criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no
506 Congresso Nacional. A SPM foi uma parceira muito presente, tanto na gestão passada quanto na atual
507 gestão da Ministra Eleonora. Antes de entrar no conteúdo do relatório, vou contextualizar o momento
508 que realizamos o trabalho, mas, antes, quero registrar a presença de Carmem Hein que foi contratada
509 pelo Senado Federal para assessorar a CPMI. Por ela ser feminista, militante do movimento social, tem
510 uma relação muito grande com as mulheres e feministas do Brasil, nos ajudou muito na elaboração
511 desse relatório. O relatório traz um retrato do momento que realizamos CPMI, instalada em fevereiro
512 de 2012. Os trabalhos iniciaram em março e foi concluído no dia 04 de julho de 2013 quando a
513 Comissão aprovou o relatório final. Quando digo retrato não é apenas da violência contra a mulher,
514 mas de como as instituições estavam atuando no enfrentamento à violência contra as mulheres, porque
515 o objetivo da CPMI era identificar se o Estado brasileiro estava sendo omissivo ou não na aplicação da
516 Lei Maria da Penha. Tivemos muitas dificuldades nesse processo, não foi fácil, por exemplo, obter as
517 informações por parte dos gestores públicos estaduais e de outros organismos importantes, de outros
518 poderes como é o caso do sistema de justiça. Então, o que colocamos no relatório expressa a realidade
519 encontrada. Nem todas as informações solicitadas chegaram a tempo. Por esta razão o relatório tem
520 algumas deficiências, devido às dificuldades que enfrentamos no cotidiano do trabalho. Infelizmente
521 não temos no país um sistema de informações que permita ter informações precisas, concretas, reais de
522 todas as instâncias do governo, particularmente do poder executivo, tanto é que a CPMI propõe que se
523 crie um sistema de informações justamente para que possamos fazer análises mais reais do quadro
524 existente. A CPMI visitou 17 estados mais o Distrito Federal, observando as indicações feitas no mapa
525 da violência, do Instituto Sangari. Foram priorizados os estados que apresentaram maiores índices de
526 violência contra as mulheres. A análise feita se baseou nas informações encaminhadas pelos estados
527 que atenderam à nossa solicitação. Recebemos mais de 30.000 páginas de documentos e todas foram
528 analisadas pela CPMI; encaminhamos 744 requerimentos, destes 717 foram aprovados. Realizamos
529 audiências públicas no Senado Federal e audiências públicas nos estados. Fizemos diversas diligências
530 que resultaram em 73 recomendações gerais, já encaminhadas ao poder executivo e todo o sistema de
531 justiça, conforme poderão constatar no relatório final que estamos entregando às entidades que têm
532 assento neste Conselho. O governo federal e todos os ministérios já receberam, inclusive, a Ministra
533 Eleonora. Mas hoje vamos fazer uma foto para documentar a entrega, juntamente com todas as
534 conselheiras. Já apresentamos 13 Projetos de Lei, um dos quais, é o que tipifica o feminicídio contras
535 as mulheres e o que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Dos 13
536 Projetos de Lei, sete foram para o Senado Federal, quatro dos quais já foram aprovados e encontram-
537 se na Câmara, e seis encaminhados para a Câmara. Na Comissão de Constituição e Justiça o PL que
538 trata do Fundo Nacional foi rejeitado por inconstitucionalidade. Mas entendemos que ele não é
539 inconstitucional, vamos recorrer dessa decisão para que ele retorne para a pauta da CCJ e seja
540 apreciado pelo Plenário do Senado. O PL de criação de um fundo foi elaborado em parceria com a
541 SPM, portanto é, em tese, uma proposta que veio do Governo. O fundo tem como objetivo receber
542 recursos privados, porque hoje algumas instituições privadas querem contribuir financeiramente, mas
543 não encontram uma forma de fazer isso. O Fundo, então, seria a porta de recebimento de recursos
544 privados para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Com relação ao PL que trata do
545 feminicídio chegamos a um acordo com alguns senadores, que em principio alegavam problemas no
546 projeto. Fizemos o requerimento para a realização de uma audiência pública para debater o
547 feminicídio. Como o tema para muitos é um novo a audiência pública vai possibilitar fazer o debate. A
548 CPMI fez análises da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; do Pacto
549 Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha junto as respostas
550 multisetoriais. Diagnosticamos a ausência de um sistema nacional de informações que nos permitisse
551 fazer uma comparação dos dados. A CPMI teve muitas dificuldades de comparar os dados, até porque
552 uma única Secretaria oferecia, por exemplo, três informações diferentes. A CPMI constatou número
553 insuficiente de equipamentos e sua desigual distribuição geográfica, por exemplo, a população do
554 interior, nem se fala da população indígena, quilombola e da floresta. Os serviços se concentram na
555 região urbana e metropolitana. Outra constatação, a situação precariedade das DEAMs. Sabemos há
556 serviços com uma boa estrutura, como é o caso do Distrito Federal. Mas, de modo geral, as DEAMs
557 funcionam com muita precariedade. Delegacias que não têm telefone, não têm celular, não têm carro,

558 não têm combustível, além do número insuficiente de profissionais e com capacitação insuficiente.
559 Então, como é que se atende uma mulher? Algumas não têm acessibilidade, nem física e nem, por
560 exemplo, geográfica, pois em regiões onde predomina a população indígena, como é o caso de Mato
561 Grosso do Sul, uma das reclamações é que algumas mulheres não falam português e têm dificuldade
562 para expor o seu problema. Precisaria ter intérpretes nesses casos. Outra questão muito importante se
563 refere à precariedade dos IMLs e DMLs. Por exemplo, em Alagoas encontramos o DML e o IML com
564 precárias estruturas, com fiação exposta e sem os equipamentos necessários para que as vítimas que
565 foram mortas tenham um local adequado para ficar. Uma mulher que chega para fazer o exame de
566 corpo de delito se depara com uma situação muito complicada, que a deixa extremamente deprimida.
567 Imaginem os profissionais que lá trabalham, eles não têm a menor condição de realizar um bom
568 trabalho. Na Paraíba, no caso das mulheres que foram mortas em Queimadas, não foi possível
569 aproveitar os laudos feitos pela polícia e pela juíza, de tão precários. Felizmente, todos os acusados
570 foram condenados e estão presos. Em alguns Estados nós encontramos também juizados
571 especializados em violência doméstica e familiar em número muito reduzido. O Rio Grande do Sul,
572 que nós entendemos ter crescido e desenvolvido, pelo que eu saiba só tem um juizado e assim se
573 mantém. Na época da visita da CPMI havia um único juiz e seis profissionais e 20.000 processos
574 parados porque eles não davam conta. Outro agravante, a resistência em alguns estados em aplicar a
575 Lei Maria da Penha, em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Em Minas Gerais,
576 por exemplo, o juiz não concede no tempo necessário a medida protetiva às mulheres que dela
577 necessitam. Prefere fazer a conciliação. Chama o casal para conciliar porque, na sua avaliação, o
578 casal tem que permanecer unido. E em alguns casos desses a mulher acaba perdendo a vida por falta
579 das medidas protetivas. Há pouquíssimo número de promotorias e defensorias públicas. Centros de
580 referência da mulher com baixo número de atendimento e profissionais insuficientes e sem
581 qualificação; não tem psicólogo. Casas Abrigo ociosas. Encontramos uma Casa Abrigo sem nenhuma
582 mulher abrigada, mas não por falta de mulheres que necessitassem de abrigo. A CPMI identificou que
583 é preciso repensar o sistema de abrigamento pois, na situação atual, as casas encarceram a mulher e o
584 agressor fica solto. A Casa Abrigo não oferece atendimento adequado, acaba sendo um depósito. O
585 modelo de abrigamento que está posto é muito questionável, não é suficiente. Fica um desafio para
586 nós. Constatamos também um baixo número de serviço de abortamento legal. Em alguns estados
587 inexistem; outros existem, mas em número insuficiente, comprometendo o atendimento às mulheres que
588 dele necessita. Há também baixo registro de notificação compulsória dos casos de violência doméstica
589 e sexual pelo sistema de saúde. A violência sofrida pelas mulheres na ocasião do parto ainda é uma
590 realidade ignorada que precisamos debater. Na semana passada aprovamos no Senado Federal um PL,
591 de iniciativa de um dos senadores, que assegura a humanização no parto. A CPMI também identificou
592 sérios problemas de múltiplas discriminações e ausência de políticas específicas e efetivas para
593 enfrentar as diversas discriminações, sejam étnico-raciais contra pessoas com deficiência, com relação
594 à sexualidade ou à idade. Identificamos organismos de mulheres com pouco status, como secretarias.
595 Na verdade vimos que são poucos os estados que têm secretarias de políticas para as mulheres. E
596 também poucos recursos orçamentários, porque realizar ações de enfrentamento à violência é preciso a
597 destinação de recursos pelos estados e pelos municípios, não só do governo federal. No intuito de
598 auxiliar a SPM, a CPMI elencou 73 recomendações, como exemplo a recomendação dirigida ao
599 MPOG, recomendou-se ampliar o orçamento para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a
600 fim de assegurar o cumprimento das metas e os objetivos do Pacto Nacional de Enfrentamento à
601 Violência contra as Mulheres. Esta recomendação tem a finalidade de fortalecer a SPM, e uma forma
602 da Ministra dizer: olha, a CPMI está me cobrando isso e eu preciso que vocês, enquanto Ministérios
603 ajudem a SPM dar conta desse compromisso. Como já dissemos, recomendamos também a instituição
604 do sistema nacional de informação sobre a violência contra as mulheres. São essas algumas das
605 recomendações da CPMI, mas o relatório é muito mais detalhado. Foi encaminhado um exemplar do
606 relatório para todos os governadores e prefeitos do país. Em alguns estados estivemos pessoalmente
607 para fazer a entrega do relatório. Importante dizer que em todos os estados que estivemos,
608 participamos de reuniões com os movimentos de mulheres que em muito contribuíram nesse processo.
609 Era isso que gostaria de compartilhar com vocês. A Ministra agradeceu à senadora Ana Rita pela
610 excelente exposição, dizendo: esse relato deu a ideia da complexidade de conduzir essa CPMI. A
611 senadora dispõe de mais 15 minutos, vamos fazer uma rodada de perguntas. **Estela**
612 **Aquino/ABRASCO**, primeiro parabenizo-a pela apresentação deste trabalho que nos fornece um
613 panorama bastante amplo sobre essa política que acho que, apesar de todas as dificuldades, considero

614 ser uma das políticas mais bem sucedidas que temos em termos da abordagem integral do problema.
615 Como conselheira queria agradecer pelo material a nós distribuído que, certamente será muito útil para
616 as nossas lutas. Queria, como uma pessoa da área de saúde, fazer um comentário a respeito da questão
617 da notificação compulsória. Sabemos e a experiência mostra que todo sistema de informação quando
618 começa segue um processo progressivo e, obviamente que os fatores culturais influenciam a qualidade
619 da informação. É importante, em termos de medidas, que sejam adotados procedimentos de incentivo
620 ao registro no serviço de saúde, porque sabemos que no sistema de saúde existem muitas prioridades e
621 que eventualmente essas informações não são priorizadas. **Graciela Rodriguez/EQUIT** foi uma
622 surpresa ver o tamanho do esforço de se fazer toda essa esquematização que realmente é de um valor
623 incalculável para nós do movimento de mulheres. Achei muito importante as questões que colocadas
624 com relação à falta de um sistema nacional de informação. Mas, o que mais me chamou atenção, por
625 ser uma problemática forte no Brasil, é o tema da falta de investimento, da falta de interesse dos
626 estados e municípios e o descompasso que temos nesse país entre as políticas nacionais e as políticas
627 estaduais e municipais. Talvez de iniciativa da própria CPMI, pensei em mais uma recomendação,
628 sobre o fortalecimento do trabalho de estados e municípios através das secretarias e coordenadorias de
629 políticas para as mulheres. E queria saber um pouco mais sobre o tema do feminicídio. **Maria**
630 **Aparecida Schumacher/AMB** ouvindo aqui os destaques das recomendações que a senhora fez, vi
631 que é muito parecido com a realidade do estado Rio de Janeiro. A senhora esteve lá, ouviu os
632 movimentos sociais e recebeu o dossiê da AMB que, inclusive foi distribuído nas audiências que
633 aconteceram em outros estados. Concordo com as companheiras que me antecederam, temos aqui um
634 tesouro que, infelizmente retrata uma tragédia, mas é um tesouro para os nossos estudos e para as
635 nossas mobilizações. Depois que a senhora apresentou o projeto da criação do fundo nacional na
636 Comissão acho tínhamos que fazer alguma coisa para sensibilizar os senadores; ouvi o argumento do
637 senador por São Paulo que era uma barbaridade e que não tinha nada a ver. Acho que não podíamos
638 deixar passar esse momento e aproveitar para incidir no sentido de aprovar os projetos encaminhados
639 como resultante da CPMI. Mas quero também comentar pela aquisição da Carmem que é do
640 movimento feminista e todas sabemos da sua competência e do seu compromisso. Tê-la como uma das
641 integrantes da CPMI com sua sensibilidade, inteligência e agora doutora, é muito positivo. Meus
642 parabéns. Finalizada as inscrições a Ministra passou à palavra à senadora **Ana Rita** concordando com
643 Schuma, disse: Carmem foi o nosso braço direito e esquerdo, juntamente com o Penaforte, é claro que
644 recebemos a ajuda da consultoria do Senado, dos assessores de outros parlamentares que faziam parte
645 da Comissão, mas Carmem e o Penaforte pegaram o relatório para valer, uma dupla perfeita. Mas, não
646 resta dúvida que toda as análises foi ela quem fez. Quero agradecer a todas vocês e fazer alguns
647 comentários. Com relação ao debate sobre feminicídio que a Graciela falou, precisamos intensifica-lo
648 neste Conselho, mas também na sociedade. É um tema que está ganhando visibilidade, a imprensa
649 também está se apropriando. Penso que a audiência pública que faremos vai nos ajudar muito no
650 Senado, não só com relação a esse PL que a CPMI está apresentando, mas outros tantos que tramitam
651 na casa, relacionados à questão da mulher. Além da possibilidade da audiência pública ser divulgada
652 para fora. Carmem tem nos ajudado muito para não fecharmos as portas e recebermos todas as
653 contribuições. Queremos receber contribuição de vocês. A secretária executiva Lourdes Bandeira
654 esteve conosco diversas vezes, contribuindo na Comissão de Direitos Humanos e fazendo parte de
655 uma mesa de debate na TV Senado. Quero reforçar o que foi dito aqui sobre o descompasso entre as
656 políticas nacionais e as políticas estaduais e municipais. Existe realmente um distanciamento muito
657 grande, e tem algumas razões, não só falta de recursos, essa é uma questão, mas o maior problema é o
658 machismo dos gestores que não enxergam a temática da violência contra a mulher como uma
659 prioridade. Precisamos trabalhar o convencimento dos gestores. E a SPM pode contribuir nesse
660 sentido, dialogando com as prefeitas e vice-prefeitas na perspectiva da sensibilização e do
661 convencimento para as questões de gênero. Acho que precisamos ampliar debates dessa natureza; criar
662 espaços e oportunidades para aprofundamento dos mais diversos temas junto ao parlamento e na
663 sociedade. E agradeceu pelo convite. Ministra **Eleonora** agradeceu à senadora, dizendo que o CNDM
664 continuará firme nos seus compromissos e mais fortalecido nos seus propósitos depois da apresentação
665 e discussão sobre os resultados da CPMI. Em seguida, passou a palavra para Lourdes Bandeira,
666 coordenador do PNPM, desculpando-se pelo fato de ontem não ter feito isso quando se discutiu o
667 PNPM. **Lourdes Bandeira/Secretária Executiva**, vou falar sobre o PNPM, trazendo alguns elementos
668 porque acompanhei o plano anterior, de 2008 que acabou sendo lançado em 2009 e executado até
669 2012. Na época eu era a Secretária de Planejamento, só fiquei fora da SPM no ano de 2011, saí com a

670 Ministra Nilcéa. Portanto, durante três anos foi a Secretaria de Planejamento que implementou o II
671 PNPM e o acompanhou, até final de 2012. Quando cheguei à SPM junto com a Ministra Eleonora, o
672 PNPM que resultou da III CNPM já estava em fase de elaboração. Em junho de 2012 a
673 responsabilidade pela coordenação do plano passou da área da Secretaria da Tatau para a da Secretaria
674 Executiva, considerando as mudanças internas das atribuições e responsabilidades na gestão da
675 Ministra Eleonora. No processo da elaboração e legitimação do plano ocorreu uma nova metodologia,
676 diferentemente dos anteriores, mas a matéria prima está em conformidade com o relatório da 3ª
677 Conferência. Elaboramos a primeira versão preliminar e o divulgamos, inclusive neste Conselho. Em
678 março de 2013 a versão preliminar do plano foi levada para assinatura da Presidenta Dilma. Tratava-se
679 de uma versão preliminar porque o processo de finalização do plano passava por uma série complexa
680 de negociações. Esse foi o novo processo metodológico, não se tratava mais de uma demanda só da
681 SPM. A orientação trazida pelo governo era que houvesse uma articulação com todos os ministérios e
682 secretarias afins às políticas para as mulheres na perspectiva da pactuação de parceiros do plano. O
683 processo das negociações demorou um ano, porque a discussão do plano aconteceu várias vezes junto
684 aos representantes de cada um dos ministérios e secretarias. Os acordos foram consolidados nas
685 reuniões do Comitê de Monitoramento do PNPM. Temos registrado várias ausências de representantes
686 dos órgãos governamentais. As atas constataam as ausências da representante do Ministério da Saúde.
687 Então, tivemos, além da mudança no processo de negociação em relação às pactuações, tivemos que
688 atender a exigência da Casa Civil, os acordos da participação no plano fosse feito por escrito pelas
689 secretarias executivas ou pelos próprios ministros. Enviamos ofícios a todos os ministros com cópia
690 para os secretários executivos, anexando a versão preliminar do plano e aguardávamos as
691 concordâncias. Esse processo foi lento. Depois que o plano estava pronto na sua versão final, ainda
692 teve outras alterações. Vocês se fixaram muito no eixo da saúde, mas tivemos recusa do ME, do MDS,
693 Min da Defesa até que assumi informar que não iria alterar nenhuma das ações, porque inclusive o
694 plano já estava editado e publicado. Então foi essa responsabilidade que queria colocar nessa reunião e
695 dizer que sou apoiada pelo Comitê de Monitoramento, evidentemente das representantes que dele
696 participam. Desde os anos 1970 que sou militante feminista, isso não é novidade para ninguém,
697 portanto, não estou aqui fazendo o exercício de exibicionismo em cima disso. O que quero dizer é que
698 sei da responsabilidade de estar aqui, sei quando temos que recuar e sei quando não é possível. Cabe a
699 vocês, do movimento social, recuperarem as questões que lhes são caras, por exemplo, o cumprimento
700 dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O que quero dizer é que tivemos três graus de
701 legitimação nesse processo, primeiro, a negociação interna. Segundo, a demanda vinda da III CNPM,
702 além da pressão dos movimentos das mulheres negras, das lésbicas para não alterar o eixo nove do
703 plano, o combate contra o sexismo, racismo e lesbofobia. É este o plano que temos com todas as falhas
704 que tem. Este plano teve três versões, todas discutidas e aprovadas no Comitê de Monitoramento que é
705 formado por 42 pessoas, 33 representantes dos ministérios, mais Banco do Brasil que enviou 25
706 sugestões de mudanças para o plano. Conta também com representantes da Caixa Econômica, o IBGE,
707 do IPEA, dentre outros. Sabemos que vão surgir novas demandas quando forem visibilizadas
708 especificidades de gênero. Nós atualizamos todas as memórias das reuniões do Comitê de
709 Monitoramento, que já está na 49ª reunião. Todas estão no *site* da SPM para quem quiser conhecer e
710 acompanhar o monitoramento do PNPM. Eram esses esclarecimentos que queria passar para vocês. A
711 Ministra **Eleonora** informou da representação das três conselheiras titulares e três suplentes no Comitê
712 de Monitoramento do PNPM e a importância do acompanhamento do monitoramento pelo conjunto
713 das conselheiras. Na sequência **Carolina Tokarski**/Coordenadora do PNPM informou sobre a
714 realização do Seminário de Capacitação dos Mecanismos de Gênero no Governo Federal que
715 aconteceu na 48ª Reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento e relatou que foi um momento
716 riquíssimo para todas as representações que participaram. A Ministra **Eleonora** abriu inscrições para
717 intervenções. **Betânia Ávila**/Notório Conhecimento, queria cumprimentar a Secretária Lourdes pela
718 fala absolutamente fundamental. Dá gosto de ouvir pela clareza, pela transparência, pela abordagem
719 democrática e pela densidade conceitual e capacidade de elaborar com tanta clareza todo esse processo
720 que acho só ajuda o diálogo e a participação democrática neste Conselho e as relações do governo com
721 a sociedade civil. Queria dizer que foi fundamental a sua exposição e agradeço profundamente. Queria
722 também dizer que recentemente algumas organizações feministas inclusive a que trabalho, no bojo de
723 um projeto fizemos uma pesquisa sobre a percepção das mulheres no enfrentamento do trabalho
724 produtivo e do trabalho reprodutivo. Essa pesquisa teve a intenção de subsidiar políticas públicas e
725 com a concordância da secretária Lourdes e da Ministra o resultado foi apresentado na reunião do

726 Comitê. Infelizmente não participei porque estava viajando, mas a minha companheira de organização
727 e outras que participaram, voltaram absolutamente gratificadas e com a sensação de que realmente
728 existe um espaço consistente onde podemos, inclusive, apresentar os aportes da produção do
729 movimento feminista visando subsidiar políticas públicas. Em nome das organizações que
730 participaram dessa pesquisa gostaria de agradecer. **Teresa Sacchet/MDS**, só queria corroborar com a
731 secretária Lourdes, dando o exemplo do MDS e Combate a Fome e reforçar o que disse Betânia com
732 relação à sua postura na coordenação do Comitê. Durante o processo de construção e finalização do
733 PNPM, nós do MDS recebemos o plano, e como temos um núcleo de gênero, discutimos e definimos o
734 que era da nossa área. Achei importante dar esse testemunho porque realmente para que tivéssemos
735 esse PNPM o processo de sua construção exigiu muito esforço da secretária e de cada uma de nós.
736 Podemos dizer que temos um PNPM participativo que conta com compromisso dos ministérios. **Karla**
737 **Hora/MDA**, queria aproveitar a oportunidade para dizer da importância do PNPM para nós que
738 estamos nos Ministérios. A diretoria do MDA tem as políticas pactuadas, embora tenhamos uma
739 trajetória de dez anos de construção de políticas para as mulheres rurais, o PNPM tem sido para nós o
740 principal instrumento de diálogo e de pactuação interna. Embora tenhamos realizado uma série de
741 atividades nesses dez anos, o que nos assegura a fazer o que fazemos é o plano. Quem nos ajuda a
742 manter e ampliar as metas, é o plano. Queria dar esse testemunho e dizer da importância desse
743 instrumento para nós e reafirmar a importância de ter uma diretoria no MDA para cumprir as ações
744 voltadas às mulheres rurais. Esse Plano para nós é a nossa bíblia junto com o PPA. Ministra **Eleonora**
745 quero que em todas as reuniões do Conselho tenhamos um espaço reservado de discussão das questões
746 relativas ao PNPM, tendo trazido ou não assuntos relativos ao Plano, que, acredito não ser só de
747 discussão na Câmara Técnica. Além da coordenadora do monitoramento que deve, igualmente, ter
748 sempre espaço para se colocar. Vamos para os relatos das Câmaras Técnicas, **Vera Machado/REF**,
749 como temos feito nas outras reuniões, nós, da CT de Monitoramento do PNPM nos reunimos com a
750 CT de Planejamento e Orçamento porque avaliamos importantíssimo continuar com essa discussão
751 conjuntamente. Avaliamos positivamente o salto financeiro no orçamento que a SPM teve de 2012
752 para 2013 e muito mais para 2014. Sentimos a necessidade de nos reunirmos extraordinariamente para
753 aprofundarmos as ações previstas no PNPM e o orçamento previsto. Precisamos elencar as prioridades
754 para planejarmos o monitoramento. A nossa companheira Lúcia Rincón ficou responsável de fazer o
755 relato da nossa reunião se ela quiser completar. **Lúcia Rincon** nós não fomos muito, além do colocado
756 por Vera, porque queríamos nos inteirar de alguns dados. Rosário teve um pouco de trabalho para nos
757 dizer o que era o previsto no orçamento e o que tinha sido executado. A solicitação dessa reunião
758 extraordinária é para que possamos compreender toda a dinâmica orçamentária, a fim de termos
759 condições de contribuir no monitoramento que é o nosso papel enquanto controle social de políticas
760 para as mulheres. Das nossas questões ficou, por exemplo, a importância de trabalharmos com o PPA,
761 mas acho que também com o relatório da reunião. É importante destacar que ambas as CTs,
762 começaram a retomar um trabalho de se apropriar do seu papel mais recentemente, então avaliamos
763 que demos um bom salto. Na reunião Maria José/RNFS apontou que precisávamos ter claro a
764 necessidade de entender as dificuldades de execução dessa política nos municípios e da necessidade de
765 nos apropriarmos dos relatórios de gestão para subsidiar o controle social e o monitoramento do
766 PNPM. **Maria das Graças Costa/MAMA** reiterou as dificuldades de monitorar a execução do
767 orçamento por se tratar de uma metodologia de difícil manuseio. As ações não são etiquetadas. Por
768 esta razão, em todas as reuniões da CT há sempre a necessidade de chamar a servidora Graça
769 Carvalho, do setor da administração interna da SPM para tirar dúvidas e esclarecer alguns pontos de
770 difícil entendimento. Dificuldade essa que ficou explícita na última reunião interconselhos da
771 Secretaria Geral da Presidência da República. **Maria das Dores Almeida/AMNB**, levantei a questão
772 do monitoramento na ótica da mulher negra para chamar a atenção sobre essa temática. **Maria do**
773 **Rosário/MPOG** reiterou a importância de que fosse agendada uma reunião extraordinária para as duas
774 CTs se reunirem uma vez que os assuntos são densos e complexos necessitando de tempo mais
775 extenso para melhor compreensão da dinâmica orçamentária à luz do PNPM. Ministra **Eleonora**
776 solicitação já aceita, façam a proposta, agendem a data e acertem os detalhes junto à secretaria do
777 CNDM. **Maria do Rosário/MPOG** Ministra, tenho uma apresentação para fazer a respeito das
778 agendas transversais e o Leopoldo a respeito da participação social. **Eleonora** agradeceu a Leopoldo
779 pela ajuda que tem dado à SAIAT. **Maria do Rosário/MPOG** queria parabenizar o CNDM pela
780 presença das conselheiras no 4º Fórum Interconselhos. Essa apresentação (anexo 2) foi feita para
781 destacar os pontos principais das nove Agendas Transversais, especificamente, a das políticas para as

mulheres. Temos as seguintes agendas transversais: de igualdade racial, comunidades quilombolas e povos de comunidades tradicionais; de povos indígenas, de políticas para as mulheres; de crianças e adolescentes; de juventude, de pessoa idosa; de pessoa com deficiência; de população LGBT e de população em situação de rua. Essas nove agendas estão sendo monitoradas por meio dos relatórios que extraímos do SIOP e fazem parte do relatório que é entregue no Fórum Interconselhos para as representações da sociedade civil. No 3º Fórum Interconselhos, a Secretaria Geral e o Ministério fez a proposta de que o monitoramento participativo do PPA se daria através dessas nove agendas e agora no 4º Fórum que ocorreu no dia 02 de Setembro entregamos o relatório das atividades realizadas em 2012. E seguiu na apresentação. Ao final da apresentação a Ministra **Eleonora** solicitou a Leopoldo para fazer sua apresentação em outro momento, por conta de compromissos da Laís na Secretaria Geral da Presidência da República a qual veio apresentar o estado da arte do marco regulatório das ONGs. **Laís Vanessa Lopes**/Assessora Especial da SG/PR, agradeceu à ministra pelo convite para discussão aqui no CNDM. Eu vou dar o histórico e onde estamos nesse processo. A agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é prioritária dentro da SG da PR. O desafio é aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil no Brasil e suas relações de parceria com o Estado. Fizemos um diagnóstico bastante amplo da relação das parcerias entre o Estado e essas organizações. O GT chegou a algumas conclusões. Vivemos uma situação de bastante insegurança jurídica que advém de uma série de motivos, um dos quais é a inexistência de uma lei específica que oriente essa relação. Usamos a institucionalidade dos convênios de forma análoga que, muitas vezes, gera interpretações indevidas, porque as ONGs são tratadas como sendo entes públicos, como se fosse prefeituras, por exemplo, e não é respeitada a natureza jurídica das entidades privadas sem fins lucrativos. Isso gera uma série de interpretações distintas entre as consultorias jurídicas dos ministérios e entre os órgãos de controle. Na ausência de uma lei específica observamos uma sobrecarga das leis de diretrizes orçamentárias, Todo ano, novas regras são colocadas sobre o repasse de recursos públicos às entidades sem fins lucrativos, justamente por não haver outro lugar que discipline essa relação. Essas analogias indevidas com os entes federados geram jurisprudências cada vez mais desconstruídas e acabam trazendo a necessidade de revisão da normativa colocada. Temos um grande estoque de prestação de contas dentro dos ministérios, não há muita ênfase no controle de resultados. Continuamos controlando muito mais os meios que os resultados. Isso é um trabalho grande de cada pasta, porque não há como transversalizar um modelo que sirva para todos os ministérios que têm seus custos e lógicas diferentes de acordo com as especificidades das políticas. Para esse quadro de insegurança política a solução que estamos trabalhando é uma agenda normativa. O GT já elaborou um PL que cria um novo termo de fomento e colaboração, entendendo que o Estado quando parceriza suas ações, ele tanto se utiliza da forma de colaboração para que as ONGs executem políticas públicas específicas como, fomenta atividades de interesse público. Entendemos que a norma não vai mudar a realidade instalada, é preciso também atuar na insegurança institucional. Temos trabalhado em uma série de dados e verificamos um conjunto de informações não sistematizadas que precisam ser mais conhecidas. Temos trabalhado em uma sensibilização junto com as escolas de governo no sentido de subsidiar tanto gestores públicos quanto gestores de ONGs na eliminação das dificuldades de adaptação às normas do SICONV, uma plataforma de transparência criada em 2008, do qual muito nos orgulhamos. O fato de o SICONV estar em constante mudança visando ao seu aperfeiçoamento, gera dificuldades e exige capacitação permanente. O GT, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, foi criado no final de 2011 e contou com a participação de representantes da Casa Civil, da CGU, AGU, Ministério da Justiça, Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda. Foram realizadas reuniões bilaterais com muitos ministérios e políticas temáticas para buscar entender o que cada um fazia em parceria com as ONGs. E continuou com a apresentação, conforme anexo nº 3. A Ministra **Eleonora** agradeceu à Laís e comentou: fico muito contente por ver e ouvir uma jovem com essa energia e conhecimento. **Lourdes Bandeira**/Secretária Executiva, quero cumprimentar a Laís e dizer da importância desse trabalho. Queria chamar atenção para três questões: a primeira é que sofremos uma pressão terrível do TCU e aí minha pergunta, o TCU já viu esta apresentação? Porque ele nos cobra, sistematicamente, sobre prestação de contas de ONGs. O problema é que os entendimentos são diversos; dentro de uma lógica, a ONG faz tudo corretamente, mas a análise do TCU é feita a partir de outra lógica. São duas lógicas que não estão explicitadas. Quando assinamos o convênio, as pessoas têm que ler o que pode e o que não pode, mas, às vezes, a leitura pode ter uma interpretação que não seja adequada e a prestação sai de outro jeito. Outra questão, temos uma proposta de que seja criado

838 um cadastro das ONGs. Eu acho que todos os ministérios deveriam ter um cadastro que possibilitasse
839 a construção de um perfil das mesmas. E que tivessem dados similares aos dos outros órgãos, senão
840 nunca conseguiremos ter um perfil das ONGs. A metodologia tem que ser impositiva. **Maria**
841 **Aparecida Shumaker/AMB**, agradeceu a exposição de Laís e informou que no campo das ONGs
842 feministas uma por semana é fechada e que, portanto, não há estrutura que possa sustentar as
843 exigências que se faz para uma parceria, nos convênios, referindo-se às complexidades e dificuldades
844 de manusear o SICONV. A minha pergunta, diante de tantas dificuldades, se não teria alguma medida
845 paralela que pudesse aliviar um pouco situações particulares que enfrentam algumas ONGs, até que o
846 projeto fosse aprovado? Porque temos um problema, eu sou “siconveira” já aprendi. Agora sei mexer
847 com o sistema, mas tem coisas do SICONV que eu não sei lidar e que não tenho resposta. Quando
848 ligamos para alguns dos ministérios as pessoas não sabem responder, não é o caso da SPM, porque ela
849 conta com uma boa equipe. É nesse sentido que acho que deve correr alguma decisão intermediária,
850 porque senão não vamos poder nem aplaudir esse trabalho magnífico que vocês estão fazendo, porque
851 nós não existiremos mais. Por aí vai minha preocupação. Mas fico muito contente e agradecida de ter
852 recebido essas informações. **Maria das Dores Almeida/AMNB** reforça os comentários feitos por
853 Schuma, relata as particularidades das ONGs da região amazônica, o que é motivo de preocupação da
854 prestação de contas exigida em determinados lugares e exemplifica com uma situação problemática
855 ocorrida com o IMENA que integra. E relatou: nós trabalhamos na ótica da sustentabilidade local,
856 íamos fazer uma atividade com mulheres residentes em quilombos, somos obrigadas a comprar tudo
857 na capital, porque lá não teremos nota fiscal, uma das exigências do projeto. Vemos isso como uma
858 exclusão de geração de renda, pois não se investe naquele local. Outra questão é com relação ao
859 transporte, a SEPPIR ia realizar um encontro com quilombolas em Belém do Pará. O encontro foi
860 impedido de acontecer porque não existe uma rubrica para contratar barcos. Então, como nos
861 movimentarmos na Amazônia se não for pelas águas? Outro problema é que o próprio sistema leva as
862 pessoas a burlar na prestação de contas, porque, muitas vezes, tem que dar conta da prestação de
863 contas não tem outra alternativa para prestar contas do que está sendo exigido. O IMENA fez dois
864 convênios com a SPM, nós prestamos contas, porque na nossa instituição, somos mulheres dos
865 números, pois temos contadoras e técnicas em contabilidade, portanto, não temos dificuldade de mexer
866 com o SICONV, mas desde 2010 a Prefeitura local nos cobrou o alvará e ficamos sem condições de
867 acessar recursos porque estávamos inadimplentes. Essa também é uma questão que as ONGs passam,
868 a necessidade de se pagar determinadas taxas quando a instituição é declarada sem fins lucrativos. Há
869 13 anos a nossa ONG existe, não fechamos as portas, porque nós vendemos comida, fazemos brechó e,
870 assim a sustentamos. Então, é séria a situação das redes de mulheres negras e feministas desse país.
871 **Graciela Rodriguez/EQUIT** acho importante que esse trabalho explicita os critérios e a visão feita
872 com relação essas propostas de mudanças. Porque acho que tem que ter um debate que embase toda
873 essa discussão e tem a ver com o papel que a sociedade civil cumpre nos processos democráticos.
874 Sabemos que a sociedade tem se complexificado demais. Há 30 ou 50 anos atrás o Estado tinha
875 poucos atores sociais que ultimamente tem se ampliado e quando estamos falando de marco
876 regulatório das entidades sem fins lucrativos, estamos falando de grandes, médias e pequenas ONGs
877 estão querendo realizar trabalho com recursos do governo. Mas acho que deve ser levado em conta
878 que papel a sociedade civil tem para a consolidação da democracia brasileira. A ABONG tem um
879 debate qualificado nesse sentido. Finalizou reforçando as considerações feitas por Schuma com
880 relação à lógica do SICONV que possibilita as entidades com estruturas como se fosse uma Odebrecht
881 para fazer uma licitação, quando na verdade deturpa completamente o trabalho de ONGs sérias que
882 contam com pessoas qualificadas para executar seus projetos e isso tudo deve ser considerado no
883 contexto das mudanças que se pretende fazer. **Gláucia Morelli/CMB** quero colocar aqui a questão da
884 transparência, porque dinheiro público é coisa séria. Por fim, a questão das metas serem reais. Muitas
885 vezes, num edital são colocadas metas que determinadas ONGs não têm as mínimas condições de
886 cumprir, por exemplo, empregabilidade. Isso é um sério problema, que leva a prestação de contas com
887 informações irreais. **Laís Vanessa/Assessora Especial da Secretaria Geral/PR** Agradeço as perguntas,
888 porque elas dão a oportunidade de explicar melhor. Acho que o que Graciela trouxe sobre o papel das
889 organizações, com certeza, foi algo que em outros espaços com mais tempo é algo que a gente começa
890 por essas premissas mais de uma forma mais organizada e com mais tempo para o aprofundamento.
891 Acho que quando apresentamos o power point sobre transparência e controle dos recursos públicos;
892 invasão da gestão pública e valorização das organizações para além da eficiência da implementação
893 dos projetos, pontuamos as premissas do nosso trabalho. O GT teve participação e contamos com

894 pontos focais nos ministérios duros; os de regulação. O Min da Fazenda e a AGU e todos que foram
895 sugeridos, caminham conosco, até porque o nosso trabalho é de articulação política junto a todos eles.
896 A Secretaria Geral está fazendo esse diálogo com as organizações e com o Governo, colocando todos
897 os atores juntos para que possamos avançar nesse processo. O TCU já conhece a minuta que, aliás, já
898 está disponível no site. Com as contribuições a minuta vai se modificando, mas a sua em essência
899 permanece. Temos buscado dialogar com todas as instâncias dos poderes executivos, porque
900 entendemos que é preciso modificar esse cenário, inclusive, o trabalho de mudança de cultura, de
901 mudança de pensamento, de ver e de entender as questões relacionadas com as instituições privadas
902 sem fins lucrativos. Adquirimos algum acúmulo sobre esse tema e nos colocamos à disposição para
903 contribuir no que for possível. Espero que o nosso trabalho gere resultados que sejam multiplicados,
904 não só em termos dos seus objetivos finais, mas nos ganhos intermediários, nas possibilidades nas
905 pequenas disputas que as vezes não conseguimos equacionar. Reconhecemos que existe um grande
906 desafio a ser enfrentado, mas não temos o direito e esmorecer. Vamos continuar lutando e esperamos
907 contar com a parceria forte da SPM e com o apoio de todas as conselheiras. A Secretaria Geral está à
908 disposição. Obrigada. A Ministra **Eleonora** mais uma vez agradeceu a Laís pela importância de sua
909 exposição, extremamente esclarecedora. No período da tarde, a Ministra **Eleonora** iniciou dando a
910 palavra à **Leopoldo/MPOG** que esclareceu que sua apresentação se tratava do Monitoramento
911 Participativo do PPA (Anexo nº 4). Informou que IV Fórum Interconselhos que aconteceu no dia 02 de
912 setembro foi apresentado e distribuído os relatórios do monitoramento das agendas transversais e que
913 agora entra a fase fundamental da participação dos conselhos que se relacionam com as agendas
914 transversais. Fase essa de análise dos relatórios das agendas específicas e apresentar as contribuições
915 advindas da sociedade civil para o MPOG, conforme o que se acordou no III Fórum. O material que
916 Rosário entregou para você é uma síntese, mas no CD tem o relatório original do SIOP que é onde
917 estar o conjunto do andamento da política do primeiro ano de PPA da Presidenta Dilma. É sobre esse
918 material que esperamos que esse conselho possa se debruçar e nos apresentar suas contribuições.
919 Ainda não sabemos quando ocorrerá o V Fórum, que é o momento dessa devolutiva, mas a Secretaria
920 Geral talvez organize reuniões presenciais das comissões de acompanhamento do orçamento e
921 planejamento e, talvez criar uma ferramenta virtual, manteremos vocês informadas. Um dos
922 desdobramentos importantes do fórum, um processo já iniciado com a SPM, com a Secretaria
923 Nacional de Juventude, com a SDH e com a SEPIIR tem a ver o terceiro objetivo do monitoramento
924 participativo do PPA e do Fórum Interconselhos: ampliar a conexão entre a participação social e as
925 expressões das escolhas estratégias do Governo, como o PPA e os seus desdobramentos a LDO e
926 LOA, acumulando para o próximo ciclo de elaboração do plano de 2015 com processo acumulado em
927 2014. Isso é só um demonstrativo da importância do PPA para o país, do Projeto Nacional em curso
928 nos últimos 10 anos que desenhou a agenda pública para ressaltar a importância desse processo que
929 tentamos implementar agora. Que é a convergência máxima entre o sistema federal de planejamento
930 com o sistema de participação social que está sendo construído pela Secretaria Geral da Presidência.
931 Pretendemos conectar a produção das conferências com o PPA. Para isso acontecer estamos tentando
932 desenvolver esse projeto piloto em relação às conferências relacionadas às agendas transversais do
933 PPA. Esperamos primeiro que o ciclo das conferências esteja conectado com o próximo ciclo de
934 elaboração do PPA, senão vai gerar um problema de antemão para conseguir conectar o produto delas
935 com o plano. Isso é um desafio que apresentamos nesse conselho que é, se assim for do interesse,
936 iniciar o processo de diálogo interno para ver a pertinência disso. Estamos desenvolvendo um projeto
937 piloto com a SEPIIR e a CONAPIR que é a Conferência de Igualdade Racial que vai acontecer em
938 novembro, próximo. O relatório de monitoramento do PPA, no que se refere à agenda transversal da
939 política de igualdade racial, será um insumo para a CONAPIR usar para travar os debates e aprovar as
940 suas resoluções. Já assumimos o compromisso dos produtos das resoluções da conferência fluírem no
941 sentido de serem discutidos, visando à incorporação no plano. Não quer dizer que tudo será
942 incorporado, mas essa é a perspectiva. Então, pode ser que tudo dê certo ou parcialmente. O processo
943 está em aberto. Outra questão que apresentamos para vocês e que já temos dialogado com os
944 ministérios e as secretarias, inclusive, um diálogo avançado com a Ministra Eleonora e a Secretária
945 Vera Soares, de fazer um ensaio geral disso no Encontro Nacional de Gestoras de Políticas para as
946 Mulheres que vai acontecer em outubro. Que é o PPA como oportunidade para o alinhamento
947 federativo, a cooperação federativa em torno de uma agenda de direitos a partir dessa agenda
948 transversal de mulheres, ou de igualdade racial ou de juventude com o PPA. Acreditamos que o
949 relatório, assim como a agenda em si, os enunciados das metas e objetivos podem ser usados como

950 insumo na elaboração e revisão dos PPAs municipais com painel de oportunidade para que as políticas
951 possam ser territorializadas de forma convergente com os objetivos e metas federais. Com o
952 monitoramento participativo do PPA há a possibilidade de fortalecer a agenda de direitos, a depender
953 da vontade política dos organismos envolvidos, no caso, os ministérios relacionados com as temáticas.
954 Em relação, por exemplo, à juventude ou à igualdade racial que já tem esse debate finalizado,
955 apontamos também o PPA como a possibilidade de ser uma conexão, um elo de diálogo entre alguns
956 sistemas existentes ou que estão se desenvolvendo no Brasil. O Brasil tem o seu sistema de direito e
957 proteção social consagrado na Constituição de 1988. Existe um sistema federal de planejamento e
958 orçamento que caminha para se constituir em um sistema nacional de planejamento, envolvendo as
959 secretarias estaduais e municipais. Tem a Secretaria Geral da Presidência tentando estruturar um
960 sistema nacional de participação social. E por fim colocamos a disposição do conselho um curso de
961 capacitação, de formação sobre o ciclo do planejamento, seus instrumentos e seus conceitos, para
962 quem interessar. Estamos enfatizando os conselhos que se relacionam com as agenda transversais.
963 Pretendemos que o conhecimento seja generalizado. Optamos por apresentar aos plenos dos conselhos,
964 não só para Câmaras Técnicas específicas. Se houver interesse podemos construir um diálogo para
965 preparar esse curso. É isso. Obrigado pela oportunidade. A Ministra **Eleonora** agradeceu a presença e
966 contribuição de Leopoldo. Se tiverem interesse comecem a se articular com o Comitê de
967 Monitoramento do PNPM e com a Rosa de Lourdes para a necessária organização. E passou para o
968 relato da CT de Legislação e Normas. **Marilda Castelar/CFP** a reunião da nossa CT contou com a
969 participação de cinco conselheiras, sendo três do governo e duas da sociedade civil. A presidenta
970 Rosane Silva/CUT faltou por razão de luto na família. Avaliamos que ocorreram alguns imprevistos
971 que impediram um funcionamento mais dinâmico dessa CT por conta de ausências de algumas
972 integrantes. Fizemos também uma avaliação dos PLs que discutimos nesse ano e concluímos que
973 faltou mais articulação nossa com a assessoria parlamentar da SPM para nos subsidiar nos informes de
974 PLs, de interesse das mulheres, em tramitação na Câmara dos Deputados. E discutimos o documento
975 que Sueli, representante da FENATRAD, nos apresentou (anexo nº 5) que trata da necessidade de
976 agilidade na regulamentação do PL das domésticas. Vimos ser importante o CNDM se posicionar
977 favorável ao aceleração desse processo instalado. **Sueli de Fátima/FENATRAD**, complementando
978 o relato feito por Marilda informou que o documento apresentado pela FENATRAD é uma
979 reivindicação, e apresenta as principais críticas das trabalhadoras domésticas em relação ao PL. Foi
980 preparado em uma reunião, em agosto, junto com a CUT e a CONTRACS e, tem contado com vários
981 apoios, dentre os quais, da SPM e da SEPPIR. Relatou todo processo de luta até a sua aprovação na
982 Câmara dos Deputados. Finalizou solicitando o apoio também do CNDM para que não haja nenhum
983 retrocesso nos direitos conquistados. A Ministra **Eleonora** manifestou total apoio à reivindicação.
984 **Carolina Tokarrski/Coordenadora do PNPM** informou sobre a realização da Feira ONG Brasil que
985 acontecerá em novembro e que foi solicitado à SPM proposta de nomes para compor mesas de debates
986 de temas específicos. Dando sequência ao relato das CTs, a Ministra **Eleonora** passou a palavra para
987 **Glória Percinoto/ABMCJ** que, na ausência da presidenta da CT de Assuntos Internacionais, Cláudia
988 Prates, assumiu o relato da memória da reunião que contou com a participação de, além de sua
989 presença, Gláucia Morelli/CMB; Adriana Santos/MTE e Ana Carolina/ MMA. Teve como pauta o
990 relato das atividades internacionais e discussão de propostas de participações a serem futuramente
991 realizadas. Houve informes sobre o processo de elaboração das diretrizes de política de gênero para o
992 MERCOSUL e sobre a próxima reunião da RMAAM que ocorrerá nos dias 14 e 15 de novembro de
993 2013, na Venezuela. Avaliou-se positivamente os temas tratados nesses eventos internacionais como,
994 autonomia econômica das mulheres e o emprego doméstico; violência contra as mulheres e tráfico de
995 mulheres e meninas. O CNDM foi representado no encontro da marcha das mulheres e na reunião da
996 RMAAM, no Uruguai. Discutiu-se também a realização da Conferência Global do Trabalho Infantil
997 coordenada pela OIT e MTE, a realizar-se no dia 8/10/2013; Conferência Nacional do Ministério do
998 Meio Ambiente sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a realizar-se no período de 24 a
999 27/10/2013 e proposto a participação de uma representação do CNDM; e da Conferência Regional da
1000 Mulher que ocorrerá no período de 15 a 18 de outubro do ano em curso, na República Dominicana que
1001 contaria com a representação de duas conselheiras Vera Machado/REF e Maria das Graças/MAMA,
1002 esta, por razão de saúde, declinou da representação. Houve, ainda, um pedido de manifestação de
1003 apoio do CNDM ao Programa “Mais Médicos”. **Gláucia Morelli/CMB** a solicitação do apoio do
1004 CNDM é no sentido de acolher a chegada desses profissionais médicos e ao mesmo tempo nos
1005 posicionar contra as manifestações de discriminação racial exibidas pela mídia, a exemplo do

1006 comentário de uma jornalista brasileira que disse que a médica cubana não tem cara de médica.
1007 Ministra **Eleonora** afirmou que uma coisa é tirar uma moção de apoio à política dos mais médicos e
1008 outra é incluir nesta nota o repúdio às manifestações xenófobas e discriminatórias que tem acontecido
1009 aqui com a chegada deles. O que encaminhar para aprovação desse pleno? **Estela**
1010 **Aquino**/ABRASCO, quero dizer que sou pessoalmente plenamente favorável a uma manifestação de
1011 apoio do CNDM. Sou contra o corporativismo e favorável a que se dê solução de atendimento nos
1012 lugares onde não se tem médico. Mas acho que essa questão é muito mais complexa do que
1013 simplesmente tirar uma nota. Pessoalmente, até como uma pessoa que milita na área de saúde acho
1014 que tem outros assuntos em pauta hoje, além dessa questão. Então, não gostaria de fazer essa
1015 discussão apressadamente, tirar uma nota aqui de apoio ao programa, não sou favorável a isso; não
1016 porque não seja favorável a “mais médicos”, deixo isso bem claro. **Vera Machado**/REF a necessidade
1017 de médicos no Brasil é gravíssima, tem médicos que não querem trabalhar nem nas periferias da
1018 cidade de São Paulo. Sabemos disso através de pessoas que trabalham conosco. Então, como se
1019 colocar contra? Se essa necessidade de manifestação do CNDM surgiu nessa reunião devemos aprovar
1020 a posição do governo. **Estela Aquino**/ABRASCO – mais médicos, mais saúde e a discussão mais
1021 profunda, o que eles vão fazer? Onde eles vão viver? Quantos vão ganhar? É outra discussão e eu acho
1022 que não está em discussão isso. Está em discussão o seguinte: precisa-se de médicos no Brasil? O
1023 povo brasileiro está sem médicos? Em alguns lugares não tem médicos porque não tem mesmo; em
1024 outros, há médicos, mas eles atendem as pessoas que precisam, aí sou a favor. Não estou dizendo que
1025 vamos tirar uma nota explicativa, mas acho que temos de dizer o seguinte: esse assunto foi colocado
1026 na reunião do CNDM e considerou-se que foi uma posição positiva do governo brasileiro ter lançado o
1027 programa. Em respeito à pauta acho que essa discussão complicadíssima, a defesa deve ser pelo SUS.
1028 A discussão está centrada em médicos, enquanto que existem problemas gravíssimos no SUS. Tem
1029 uma política que tem favorecido os planos de saúde privados. Por esta razão a necessidade de uma
1030 discussão mais profunda para poder se tirar uma nota, do contrário, vou me abster. A Ministra
1031 **Eleonora** remeteu ao pleno a definição dessa questão. **Estela Aquino**/ABRASCO propôs que quem
1032 achar que o CNDM deve se posicionar que redija a nota para discussão e considerações do pleno.
1033 Disse ser favorável ao programa “mais médicos”, mas não só ele e, que, portanto, que a nota deve se
1034 posicionar sobre a situação da saúde no país. **Glória Percinoto**/ABMCJ apoiou a posição de Estela,
1035 dizendo: como é uma questão polêmica eu teria que fazer uma consulta à entidade que represento; não
1036 vou votar pessoalmente, seria uma irresponsabilidade. **Maria das Dores**/AMNB queria dizer que sou
1037 defensora do programa “mais médicos”, disse não enfrentar fila do SUS que tem plano de saúde, mas
1038 que considera fundamental o programa, principalmente falando do lugar onde vive. Acha importante
1039 que o Conselho se posicione. A Ministra **Eleonora** consulta se a questão deve ser votada. **Justina**
1040 **Cima**/MMC diz que lhe parece que não há a necessidade de votação, pois pelas colocações feitas não
1041 há discordância sobre a importância do programa “mais médicos” que apenas é preciso reforçar na
1042 nota a importância de se avançar com no SUS. A Ministra **Eleonora Menicucci**/SPM precisou
1043 interromper a discussão pelo fato de Renata que, junto com Nei apresentará o ponto de pauta sobre
1044 escritório digital, irem viajar e estar em cima da hora. **Nei Bomfim**/Coordenador da Comunicação
1045 Social da SPM, vamos falar em escritório digital ou identidade digital do governo. O portal Brasil
1046 divulgou duas notícias sobre as mulheres e a SPM, uma, em que a Ministra foi citada numa matéria, a
1047 entrevista que fez hoje com Mônica Bergamo, da Folha de São Paulo e que está tendo uma boa
1048 repercussão e, a outra sobre o “Outubro Rosa”, uma campanha de prevenção ao câncer de mama. A
1049 identidade digital á uma padronização de todos os canais do governo para que todas as pessoas
1050 interessadas tenham acesso rápido não só às informações, mas também às políticas influenciando nelas.. O
1051 contexto de hoje como se sabe é o de convergência, ou seja, em que todos os meios de comunicação se
1052 juntem em torno de um único suporte. Outro ponto é que, mais importante que o fato, é a notícia ou a
1053 versão que dela se dá. Temos um ótimo exemplo sobre a espionagem americana, algo que todo mundo
1054 sabia de sua existência, mas que se tornou um fato, uma notícia. Outra questão é intervalo entre um
1055 fato e a notícia que está tendendo a zero, diferentemente de anos atrás quando quem saía primeiro com
1056 a notícia impunha sua versão. Para uma política de governo a primeira iniciativa que está sendo feita é
1057 a unificação dos canais que estavam dispersos para se ter foco no público, ou seja, sair da antiga visão
1058 cartorial e burocrática e focar no público. Com isso, é proporcionada uma coprodução de políticas e
1059 passaremos a contar com um gerenciamento que vai além da interatividade, um avanço para a
1060 democratização das informações. Para a SPM que está no Portal Brasil a resposta padrão que a
1061 Ministra tem constatado de eficácia indubitável é da Lei Maria da Penha. Tudo que produzido na SPM

1062 é jogado no Portal Brasil para que as políticas, programas, ações voltadas às mulheres tenham
1063 importância central nesse governo. Há um instrumento tecnológico chamado “nuvem”, é nesse espaço
1064 jogamos todas as notícias da SPM e que lá são filtradas, isto é, lá as notícias são escolhidas por um
1065 Editor. Esse é o espaço de colaboração onde todos os ministérios enviam suas notícias. Nesse
1066 momento, com o projeto “Mulher viver sem violência” a publicidade da SPM deu um salto
1067 significativo no seu orçamento. Em dois anos foi para R\$ 100 milhões, uma dos maiores orçamentos
1068 dos ministérios. O nosso Portal tem cerca de 8.500 seguidores; os curtidores do *twitter* estão por volta
1069 de 9.500 e as visualizações no *facebook* estão em torno de 35 mil. Ministra **Eleonora** complementou
1070 dizendo: toda essa mudança na comunicação do governo está em processo, cada dia procura-se
1071 melhorar o fluxo das informações. **Renata Preturlan**/Coordenadora do Observatório da SPM - vou
1072 passar três informes sobre as atividades do observatório. O primeiro deles é sobre esse novo Portal do
1073 Observatório, que está entrando no ar essa semana; continua o mesmo endereço. Fizemos uma
1074 reformulação bem global, porque o site do observatório era muito pesado e pouco intuitivo. Ele tinha
1075 muito material, mas ficava difícil de acessar. O Portal vai ser a nossa principal fonte de acesso a toda a
1076 produção do observatório, de uma forma mais interativa e interessante. O segundo informe é a respeito
1077 do RASEAM, que é uma iniciativa criada por Lei em 2010, que é o Relatório Anual Socioeconômico
1078 da Mulher. A SPM assumiu a responsabilidade de elaboração do RASEAM e entende como um
1079 instrumento crucial de estruturação do seu monitoramento de indicadores. O relatório inclui não só
1080 indicadores socioeconômicos, mas indicadores de todas as áreas que dizem respeito aos direitos das
1081 mulheres. São oito capítulos que trabalham com as áreas de interesse da SPM, então tem capítulo da
1082 área de saúde, de enfrentamento à violência, de acesso ao poder e decisão enfim, além dos indicadores
1083 já mais tradicionais de demografia, de mercado de trabalho. Foi um trabalho bastante longo, com o
1084 apoio de um GT, que incluiu IBGE, IPEA e Organizações convidadas como: o Dieese, a OIT, ONU
1085 Mulheres. Todos contribuíram muito para a formulação do que seria essa estrutura de indicadores. A
1086 primeira edição do RASEAM vai sair este ano. A nossa intenção é que o RASEAM seja uma
1087 ferramenta multiuso: uma ferramenta de uso interno da SPM, para outros órgãos governamentais, para
1088 organizações da sociedade civil. Que seja um instrumento do qual a Sociedade de modo geral se
1089 aproprie. O RASEAM tem uma inovação com relação a outros instrumentos, pois reúne dados
1090 estatísticos e registros administrativos. Ele elenca grande parte dos dados produzidos pelo IBGE, mas
1091 com um recorte específico de gênero e tomando sempre a preocupação de fazer o recorte de raça/cor,
1092 sempre quando disponível. Mas o RASEAM também traz muitos dados de registros administrativos,
1093 dados que podem ser relevantes para pensar a situação das mulheres de forma mais ampla. O último
1094 informe é que vamos realizar a Revista desse final de ano do observatório sobre os 10 anos da SPM.
1095 Haverá um Artigo do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Solicitamos que se candidatem
1096 duas, três, quatro, cinco enfim, quantas Autoras quiserem, para escrever um Artigo que faça esse relato
1097 dessa experiência do Conselho com a SPM. São artigos curtos, de cinco a sete páginas idealmente, no
1098 máximo 10 páginas e eles não são em formato acadêmico, então ele pode ser um depoimento, pode ser
1099 um Artigo opinativo, enfim, pode ser mais de um. A nossa sugestão para o texto do CNDM é um texto
1100 que então problematizasse como a existência do SPM, nesses 10 anos, impactou na atuação do
1101 Conselho? Como isso colocou novos desafios? E como também o Conselho impactou a atuação da
1102 SPM? Trata-se de pensar um pouco nessa relação entre as duas instâncias. Podem enviar as
1103 contribuições para o e-mail observatorio@spmuhres.gov.br ou diretamente para a Rosa de Lourdes.
1104 Esperamos as contribuições até o dia 25 de outubro. **Justina Cima**/MMC com relação à proposta do
1105 artigo do CNDM pela forma que foi colocado, a sensação que tive foi de se tratar de um artigo muito
1106 institucional. Na minha avaliação deveria focar na sua importância e da SPM na luta e concretização
1107 dos direitos das mulheres. Na linha do que que impactou ao longo desses 10 anos na vida das
1108 mulheres. Na sequência, a Ministra **Eleonora** deixou claro que a elaboração do artigo é de
1109 responsabilidade do CNDM e que, portanto, caberá às conselheiras dar o formato que decidirem. E
1110 passou a palavra **Dalila Negreiros**/SEPPIR que se apresentou e informou que está trabalhando na
1111 SEPPIR desde agosto e acompanhando, junto com Mônica Oliveira, a pauta das mulheres negras.
1112 Justificou a ausência de Mônica em virtude da preparação da CONAPIR, da qual ela é responsável
1113 pela área de metodologia, e encontra-se em uma das reuniões bilaterais com a Universidade que vai
1114 acompanhar a sistematização dos conteúdos da Conferência. O informe que trago é da Conferência
1115 Nacional que vai acontecer no período de 5 a 7 de novembro. Em agosto aconteceram as estaduais e
1116 acompanhamos em todos os estados. O tema é desafiador e, “Democracia e desenvolvimento por um
1117 Brasil afirmativo”. Ao final distribuiu materiais da chamada da conferência. A Ministra **Eleonora**

1118 anunciou o apoio do CNDM e da SPM à CONAPIR, desejou sucesso à SEPPIR e agradeceu à Dalila
1119 pelas informações. Em seguida informou que no dia 3/10 a constituinte completará 25 anos e propôs
1120 que a SPM junto com o CNDM fizessem uma nota sobre a importância da Constituição na
1121 consolidação da democracia do país. Com a proposta aprovada e definida as responsáveis pela
1122 elaboração da nota, passou para o último ponto da pauta a discussão da comissão eleitoral para o novo
1123 mandato do CNDM, agora 2014-2017 e assim se referiu: a proposta que trago é primeiro, prorrogar
1124 por mais 120 dias o atual mandato, estendendo-se par março/2014. A comissão eleitoral avançou
1125 muito pouco, principalmente por conta do processo de atualização do Decreto do CNDM e,
1126 conseqüentemente, do Regimento Interno ainda estarem em tramitação para aprovação pelas instâncias
1127 responsáveis. E também pela necessidade de recompormos as integrantes da Comissão Eleitoral.
1128 Aproveito esse momento para trazer para discussão algumas questões para repensarmos a estrutura do
1129 CNDM. A realidade tem me mostrado que precisamos repensar na estrutura do Conselho e abrir novos
1130 critérios que o renove e o reoxigene, avançando na flexibilização dos tão rígidos critérios atuais como,
1131 por exemplo, ter que ser uma instituição nacional e com abrangência em duas regiões, excluindo a
1132 possibilidade de outras entidades de se candidatarem por não possuir esses critérios adotados.
1133 Sabemos que existem entidades que desenvolvem trabalhos abrangentes e reconhecidamente
1134 importantes para a vida das mulheres. Além do mais, recentemente têm surgido novos movimentos,
1135 novos sujeitos políticos que, pelos atuais critérios, não podem concorrer a um assento no conselho,
1136 cito como exemplo, a marcha das vadias Algumas delas fizeram essa discussão comigo e avalei a
1137 importância de discutirmos a respeito. Acho que em vez de apenas instituição nacional ser também
1138 estadual que desenvolva trabalhos de repercussão nacional. Então, se tivermos interesse em aprofundar
1139 essa discussão podemos aproveitar enquanto o Decreto não foi publicado. Pela falta de manifestação
1140 considero aprovada a proposta de prorrogação desse mandato. E quanto à nova composição da
1141 Comissão Eleitoral temos a ausência da Sueli Carneiro, muito sentida por todas nós, mas como
1142 precisamos agilizar o processo eleitoral proponho a discussão de sua substituição Como ela é muito
1143 importante, principalmente no campo da luta da população negra, conseqüentemente é muito
1144 requisitada e o resultado o fator tempo ser escasso. **Rosa de Lourdes** explicou que Sueli Carneiro
1145 estava com problema no sistema das passagens e que, quando foi resolvido não dava mais para emitir
1146 as passagens, ou seja, já estava fora do prazo estabelecido. Quanto à Comissão Eleitoral, na única
1147 reunião que contou com a participação de Linda/Chefe do Gabinete da Ministra, Raimunda de
1148 Mascena/Assessoria Especial, Fernanda Papa/SG/PR, Antônia Samir/MMA, Jean Galdino e Alexandre
1149 Lovatino, ambos do setor da tecnologia da informação da SPM e eu. A pauta consistiu na leitura e
1150 discussão da proposta do edital de convocação e ao final avaliamos a necessidade de rever o edital.
1151 **Linda Goulart**/Chefe de Gabinete da SPM não devemos nos esquecer das indígenas e quilombolas.
1152 Essa lacuna precisa ser superada. **Vera Machado**/REF na última eleição como na anterior, as
1153 indígenas concorreram vaga no CNDM. Estava na lista para ser voltada, portanto, a comunicação
1154 eleitoral julgou a candidatura legível. O que aconteceu é que não conseguiu votos suficiente, nem
1155 como suplente. **Justina Cima**/MMC esse debate é muito importante, e queria reforçar essa questão de
1156 que precisamos traçar uma estratégia de fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e neles
1157 inserir todas as organizações localmente existentes. Mas me parece que fortalecer as organizações de
1158 mulheres indígenas e quilombolas. Precisamos definir algum critério que ao invés de excluir, some,
1159 para que possamos ter essas representações. Ministra **Eleonora** a nossa preocupação é repensar
1160 alguns critérios na perspectiva de inclusão, não de exclusão. Não está posto, por hipótese alguma,
1161 excluir as de caráter nacional, mas incluir outras tão importantes, quanto as nacionais, quando
1162 desenvolvem trabalhos de abrangência nacional. **Vera Machado**/REF me senti contemplada na fala da
1163 Justina, o que nós precisamos fazer é que as mulheres quilombolas e indígenas não passem pelo
1164 mesmo processo que as demais entidades. Precisamos encontrar um mecanismo que contemple a
1165 representação no CNDM desses dois seguimentos, desde que se trate de lideranças, preferencialmente
1166 feministas. **Estela Aquino**/ABRASCO assim como existe a representação de notório conhecimento
1167 nas questões de gênero, devíamos reservar uma ou duas vagas para essas representações. O grande
1168 inconveniente seria a necessidade de se rever o Decreto e o Regimento Interno. **Maria José**
1169 **Araújo**/RNFS concordo que precisamos encontrar mecanismos que incluia essas companheiras no
1170 CNDM. A minha preocupação é com a questão de não se mexer no Regimento, pois me reporto
1171 sempre às políticas públicas desse país, acho que entre nós tem alguns acordos de princípios que
1172 podem ser mantidos durante anos. Agora, isso não é nenhuma garantia, quando não formalizamos as
1173 questões. Acho que essa discussão é muito importante, mas ministra me preocupa que a gente consiga

1174 tirar critérios que sejam informais, isto é, que não sejam regimentais. Ministra **Eleonora** é
1175 fundamental isso que Maria José colocou, porque só do ponto de vista político não garantiremos fazer
1176 essas mudanças. **Glória Percinoto/ABMCJ** acho que talvez fosse o caso de continuarmos refletindo e
1177 levar nossa proposta para a comissão eleitoral. Por exemplo, sinto falta de representação da área de
1178 segurança pública, mesmo tendo aqui a presença do Ministério da Justiça. **Magaly Marques/Casa**
1179 **Civil/PR** fiz uma rápida análise do Decreto e do Regimento e está determinado no Decreto o seguinte:
1180 “o processo será aberto a todas as entidades que tem o objeto relacionado a políticas de igualdade de
1181 gênero, devendo as vagas ser preenchidas a partir de critérios objetivos previamente definidos em
1182 Edital expedido pelo CNDM (...) Terão assento no CNDM - 21 entidades da sociedade civil, sendo 14
1183 entidades na categoria de redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres e 07
1184 entidades na categoria organização de caráter sindical, associativo profissional ou de classe.” As
1185 regras serão definidas no Edital de Convocação. Então não há necessidade de alterar nem o Decreto e
1186 nem o Regimento, pois quem define as regras é o Edital de Convocação. **Maria Aparecida**
1187 **Schumacher/AMB** fiz parte da comissão eleitoral do passado que elaborou esses documentos, mas não
1188 existia o termo “associativo”. O único espaço que sobra é, organização de caráter associativo das
1189 quilombolas e das indígenas. Acho que o termo “associativo” teria que cair e se buscar outra
1190 denominação. Ministra **Eleonora** concordo inteiramente com a fala de Magaly, porque dá um norte
1191 que é o seguinte: se é no edital que vamos contemplar teremos então uma margem de possibilidades
1192 nos critérios a serem adotados. Agora precisamos recompor a comissão eleitoral com pessoas que
1193 tenham mais disponibilidade para se ocupar do processo eleitoral. Da parte da SPM continua
1194 Linda/Chefe do Gabinete; Raimunda Celestina/Assessoria Especial para Assuntos de Mulheres Rurais
1195 e da Floresta e Rosa de Lourdes/CNDM. Da parte governamental, Fernanda Papa/Secretaria Geral da
1196 PR e a outra, SEPPIR, MPOG ou Casa Civil. Depois de muita discussão a Ministra conseguiu
1197 convencer Magaly Marques/Casa Civil, tendo em vistas suas contribuições nessa área do saber. E
1198 finalmente da parte das conselheiras de notório conhecimento das questões de gênero, a ministra
1199 Eleonora propôs Betânia Ávila. Em seguida a Ministra **Eleonora** submeteu a ata da 13ª reunião para
1200 aprovação. Foi aprovada com restrição apresentada pela conselheira Lúcia Rincon/UBM, precisava
1201 acrescentar a nota do CNDM sobre o Estatuto do Nascituro. Em seguida **Rosa de**
1202 **Lourdes/Coordenadora do CNDM** informou sobre a atualização da lista de todos os conselhos de
1203 políticas para as mulheres (estaduais e municipais) do país já inseridos no mailling da comunicação
1204 social da SPM e do mapeamento dos mesmos, organizados e elencados nas cinco Regiões do país e em
1205 processo de divulgação no link do CNDM constante no site da SPM. Agora todas as presidentas
1206 desses conselhos recebem simultaneamente as informações da SPM e podem interagir em uma rede
1207 online dos Conselhos coordenada pela secretaria do CNDM. Peço permissão das conselheiras
1208 nacionais para coloca-las na lista. Com essa iniciativa, eliminamos a verticalização de informações
1209 entre conselhos. Atualmente temos cadastrados 205 conselhos: 14 na região norte; 48 no nordeste;
1210 14 no centro-oeste; 63 no sudeste e 66 no sul. Todas as conselheiras da sociedade civil receberam a
1211 lista dos conselhos de seus estados correspondentes. Essa iniciativa foi um dos compromissos
1212 assumidos no planejamento estratégico da SPM. Ministra **Eleonora**, cada vez mais avançamos no
1213 diálogo e na parceria entre a SPM e CNDM. **Maria das Dores Almeida/AMNB** apresentou e leu a
1214 proposta de nota de repúdio e outra uma moção de apoio ao Programa “Mais Médicos”. Ministra
1215 **Eleonora** recebeu as propostas e solicitou à Ascom/SPM para revisá-las e tomar as providências.
1216 Finalizou a reunião dizendo acreditar que todos os pontos de pauta foram contemplados com a
1217 seriedade de sempre e muita profundidade. Agradeceu as contribuições que tanto fortalecem as ações
1218 de responsabilidade da SPM. Essa é a última reunião desse ano, aproveito para desejar-lhes um Feliz
1219 Natal e um próspero Ano Novo.